

## 1. Informações sobre a Companhia

### 1.1. Informações gerais

A Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a “Companhia” ou a “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada à Rua Fernandes Tourinho, 147 – sala 402, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código ARZZ3 desde 02 de fevereiro de 2011.

A Companhia tem por objeto, juntamente com as suas controladas, a fabricação, o desenvolvimento, a modelagem e o comércio de calçados, bolsas, acessórios e vestuário para o mercado feminino.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contava com 756 franquias no Brasil e 6 no exterior; 134 lojas próprias no Brasil e 5 lojas próprias no exterior; e um canal “webcommerce”, destinados à venda de produtos das marcas Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Fiever, Alme, Vans, Reserva, Reserva Mini, Reserva Go, Oficina e Eva.

O sistema de franquias é controlado pela própria Companhia e as lojas próprias fazem parte das controladas.

Todas as controladas da Companhia são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são as seguintes:

#### ZZAB Comércio de Calçados Ltda. (“ZZAB”)

A ZZAB tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos.

#### ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. (“ZZSAP”)

A ZZSAP tem por objeto a fabricação e comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como a importação e exportação desses produtos.

#### ZZEXP Comercial Exportadora S/A (“ZZEXP”)

A ZZEXP tem por objeto a exportação de sapatos, bolsas e cintos de couro, artigos de vestuário, acessórios de moda do Grupo.

#### ARZZ International Inc. (“ARZZ Inc.”)

A ARZZ Inc. tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A ARZZ Inc. tem participação direta nas empresas ARZZ LLC, Schutz 655 LLC, Schutz Cali e Showroom Itália.

#### ARZZ LLC

Tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios.

#### Schutz 655 LLC

Tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, exclusiva da marca Schutz.

## 1. Informações sobre a Companhia--Continuação

### 1.1. Informações gerais--Continuação

#### Schutz Cali LLC

A Schutz Cali LLC tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, exclusiva da marca Schutz.

#### Showroom Itália

O Showroom Itália iniciou as operações em 2018 e tem por objeto a exposição e representação de calçados, bolsas e cintos, exclusivamente da marca Alexandre Birman.

#### Vamoquevamo Empreendimentos e Participações S.A. ("VQV") e Tiferet Comércio de Roupas Ltda ("Tiferet")

Em 04 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Vamoquevamo Empreendimentos e Participações S.A. "Reserva", obtendo seu controle conforme descrito na (Nota 5).

A Vamoquevamo foi fundada em 2011 no Rio de Janeiro, é uma holding constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e através da sua controlada Tiferet atua no setor de vestuário por meio dos canais de venda de varejo, atacado, digital (e-commerce) e franquias.

O Grupo Reserva conta com 76 lojas próprias, 32 franquias e aproximadamente 1.200 multimarcas em 2019, comercializando produtos das seguintes marcas:

- Reserva: marca direcionada para o público masculino, incluindo Reserva Go.
- Reserva Mini: marca direcionada para o público infantil.
- Eva: marca direcionada para o público feminino.
- Oficina: marca direcionada para o público masculino em um segmento de roupas sociais.
- Reserva Ink: marca responsável pelo segmento de customização de roupas como por exemplo estampas de camisetas.

### 1.2. Impactos COVID-19

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"), relacionada ao novo Coronavírus ("COVID-19") que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar ao máximo eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

Neste cenário, a Companhia realizou um conjunto de análises sobre o impacto do COVID-19, que envolveu:

#### **a) Revisão das premissas do teste de *impairment***

A Administração revisou o valor contábil líquido dos ativos intangíveis e tangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. (Nota 16)

## 1. Informações sobre a Companhia--Continuação

### 1.2. Impactos COVID-19--Continuação

#### b) Análise de eventuais perdas de crédito

A Administração analisou o potencial risco relacionado à inadimplência de seus clientes diante deste cenário desafiador e sem precedente. Estando em contato diário com cada um dos clientes e baseado em análises de crédito e reforço nos critérios de garantias reais, a Administração realizou algumas negociações comerciais para alongamento de prazos, bem como uma intensificação nos critérios de cobrança.

Adicionalmente, diante do cenário de incertezas na economia no segundo trimestre, ocasionado pela pandemia do COVID-19, a Companhia revisou as variáveis que compõe a metodologia de mensuração das estimativas de perdas bem como os reflexos na recuperação dos créditos, refletindo num aumento da despesa com provisionamento de perdas com crédito. Cabe salientar, que seguimos acompanhando diariamente o crédito e a situação financeira dos clientes, no entanto, no último trimestre, não foi necessário constituir um reforço com valor expressivo de perdas estimadas com crédito. (Nota 8)

#### c) Análise de eventuais desvalorização de estoques

Com a antecipação das ações para cessar o abastecimento de novos produtos através da paralisação dos fabricantes, a Administração entende que os níveis de estoques atuais são suficientes para a retomada gradual das vendas na rede. Além disso, as possíveis ações promocionais nos pontos de vendas não trarão impactos relevantes para a margem do negócio, desse modo, a Administração avalia que as provisões atuais são suficientes.

A Companhia realizou análise de possíveis impactos da COVID-19 nas estimativas de perdas com estoques, mantendo-se a política de provisão adotada, não foi identificado a necessidade de provisão complementar. (Nota 9)

#### d) Revisão das premissas de mensuração de instrumentos financeiros

O modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, assim como as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro não foram alterados, desta forma não houve necessidade de revisão nas premissas de mensuração. (Nota 30)

#### e) Análise da recuperabilidade de impostos diferidos

A Companhia possui saldo de ativos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa e não identificou indicativos de não recuperabilidades de tais saldos. (Nota 12)

#### f) Análise do cumprimento das obrigações assumidas com clientes e fornecedores

A Administração avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento de clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pelo COVID-19, as obrigações contratuais seguem sendo cumpridas e não há evidências ou formalização de insolvência ou qualquer descontinuidade.

#### g) Análise do cumprimento de obrigações em contatos de dívidas – covenants

A Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas (*covenants*) relacionadas a indicadores financeiros. (Nota 17)

## 1. Informações sobre a Companhia--Continuação

### 1.2. Impactos COVID-19--Continuação

#### **h) Avaliação da liquidez da Companhia**

A Companhia finalizou o ano de 2019 com uma posição de caixa confortável e realizou novas captações de dívidas ao longo de março e abril de 2020 (Nota 17), tornando-se uma posição mais robusta. Sendo de extrema importância a preservação do caixa nesse período, foram tomadas diversas ações de contingência, como a reavaliação dos investimentos estratégicos de 2020, redução de despesas operacionais, redução do salário e jornada de alguns colaboradores, além de implementação de ações com o mesmo intuito na nossa operação norte-americana nas frentes de reestruturação organizacional, redução de despesas com consultorias, fechamento de lojas e por fim, revisitação do planejamento estratégico, principalmente no segundo trimestre.

Para o resultado de 2020 cabe salientar, que encerramos com uma situação de caixa confortável e não foram identificados impactos relevantes derivados das análises mencionadas acima, refletindo nas demonstrações financeiras intermediárias e notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## 2. Políticas contábeis

### 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

#### 2.1.1. Demonstrações financeiras individuais da Controladora

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

#### 2.1.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e suas políticas contábeis já são consistentes com os novos requerimentos que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.1.2. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de março de 2021.

### 2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Controladas	País-sede	2020		2019	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
ZZEXP Comercial Exportadora S/A	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
ARZZ International INC.	Estados Unidos	100,00%	-	100,00%	-
ARZZ Co. LLC	Estados Unidos	-	100,00%	-	100,00%
Schutz 655 LLC	Estados Unidos	-	100,00%	-	100,00%
Schutz Cali LLC	Estados Unidos	-	100,00%	-	100,00%
ARZZ Itália SRL	Itália	-	100,00%	-	100,00%
VQV Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	100,00%	-	-	-
Tiferet Comércio de Roupas Ltda.	Brasil	-	100,00%	-	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de formação ou aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.2. Bases de consolidação--Continuação

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio de poder exercido em relação à investida. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício é atribuído integralmente aos acionistas controladores uma vez que a participação dos não controladores representa 0,0001% do consolidado.

### 2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e moeda de apresentação da Companhia e suas controladas. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional. A controlada ARZZ International INC. tem como moeda funcional o dólar e a sua demonstração financeira é traduzida para o real na data do balanço.

### 2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira

#### 2.4.1. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças estão sendo registradas na demonstração do resultado.

#### 2.4.2. Empresas controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas mensalmente pela taxa de câmbio média dos períodos. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.5. Reconhecimento de receita

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda. Substituiu a partir de 1º janeiro de 2018 o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e a IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A norma é aplicável a todos os contratos com clientes, exceto contrato de aluguel (receitas de aluguel), instrumentos financeiros (juros) e contratos de seguros, para quais se aplicam normas específicas.

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos:

- I. Identificação de um contrato com o cliente;
- II. Determinação das obrigações de desempenho;
- III. Determinação do preço da transação;
- IV. Alocação do preço da transação; e
- V. Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período de tempo, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

#### I. Vendas de mercadorias

As receitas de venda de mercadorias são reconhecidas quando as obrigações de performances forem concluídas.

As receitas do Grupo advêm principalmente da venda de calçados femininos, masculinos, infantis, bolsas, acessórios e vestuário para o consumidor final. Tratando-se de um Grupo que atua na indústria de varejo de calçados e acessórios onde o consumidor geralmente se serve da mercadoria nas lojas onde preços e descontos são informados mediante consulta aos funcionários do Grupo ou obtidos nos locais onde as mercadorias estejam expostas e que a transferência de controle acontece quando da entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas, conclui-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias e serviços aos consumidores.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Além disso, as receitas são reconhecidas líquidas dos descontos comerciais e das devoluções.

#### II. Receita de vendas de mercadorias aos franqueados e royalties

A receita de venda de mercadorias aos franqueados é reconhecida quando a obrigação de performance é cumprida que compreende a transferência da mercadoria ao franqueado. Adicionalmente, no momento em que a obrigação de performance da venda é cumprida há, também, o reconhecimento da receita de royalties, conforme percentuais definidas em contrato.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.5. Reconhecimento de receita--Continuação

#### III. Devoluções e cancelamento

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

#### IV. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

### 2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo e estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A perda de crédito esperada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

### 2.7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- I. Matérias primas: custo de aquisição segundo o custo médio.
- II. Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.



## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.8. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

### 2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação, menos a depreciação acumulada e provisão para a redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 15 e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

<b>Vida útil média estimada</b>	
Instalações e showroom	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### 2.10. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.10. Intangível--Continuação

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos.

### 2.11. Arrendamentos

Na data de início do contrato, a Companhia avalia se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamentos para efetuar pagamentos de arrendamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes, na data de início dos arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamentos. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamentos recebidos e ainda uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamentos.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.11. Arrendamentos--Continuação

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamentos mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos a serem realizados durante o prazo dos arrendamentos. Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber, pagamentos variáveis de arrendamentos que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita nos arrendamentos não é facilmente determinável. Para os contratos de arrendamentos reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia utilizou uma taxa de 1,8% para os contratos de arrendamentos nos Estados Unidos da América e 6,1% para os contratos no Brasil.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamentos é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamentos efetuados.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo dos arrendamentos e a vida útil estimada dos ativos. Esses valores foram contabilizados no ativo não circulante, na conta de ativos de direitos de uso e de passivos de arrendamento.

Adicionalmente, a companhia adotou o expediente prático CVM 859/2020 emitido em 07 de julho de 2020 que delibera sobre alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) referente a benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamentos, onde o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício é uma modificação do contrato de arrendamentos e contabilizar qualquer mudança no pagamento dos arrendamentos resultante do benefício concedido, como se a mudança não fosse uma modificação no contrato de arrendamentos. Com a adoção do expediente prático a Companhia reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o benefício no montante de R\$1.503 na controladora e R\$11.404 no consolidado.

### 2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

#### 2.12.1. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### 2.12.2. Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Frente ao atual cenário econômico financeiro do país, a Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam gerar algum impairment em seus ativos não financeiros frente à Covid-19. Os impactos foram estruturados com base na melhor informação disponível até o momento. Após a conclusão dos testes de recuperação dos ativos, a Companhia não identificou elementos que indiquem a necessidade de constituição de provisão para impairment em 31 de dezembro de 2020.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

#### 2.12.3. Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida são amortizados e depreciados, respectivamente, bem como avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A avaliação da existência de indicativos de perda do valor econômico é realizada no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

### 2.13. Provisões

#### 2.14.1. Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

#### 2.14.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 2.15. Tributação

#### 2.15.1. Impostos sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre vendas, exceto:

- I. Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- II. Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- III. Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.15. Tributação--Continuação

#### 2.15.1. Impostos sobre vendas--Continuação

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Alíquotas	
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 19,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	1,50% a 2,50%
State Sales Tax (Estados Unidos)	0% a 8,875%

Na demonstração do resultado, as vendas são apresentadas líquidas destes tributos. Os benefícios fiscais e os regimes especiais de tributação estão divulgados na nota 35.

#### 2.15.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

No Brasil, principal país em que a Companhia opera, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Dessa forma, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Companhia aplica a interpretação técnica IFRIC 23/ICPC 22, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.15. Tributação--Continuação

#### 2.15.3. Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias, prejuízos fiscais do imposto de renda e sobre a base negativa de contribuição social na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- I. Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- II. Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### 2.16. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, plano de opções de ações e plano de ações restritas. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.17. Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O lucro diluído por ação também é calculado por meio da referida média de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

### 2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

### 2.19. Instrumentos financeiros

#### 2.19.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras. Esses ativos foram classificados nas categorias de custo amortizado e ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, respectivamente.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Esses passivos foram classificados na categoria de custos amortizados.

#### 2.19.2. Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação, sendo os ativos e passivos financeiros da Companhia classificados nas seguintes categorias:

##### I. Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.19.2. Mensuração subsequente--Continuação

- b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

#### II. Ativos e passivos financeiros a custo amortizado

O ativo financeiro ou passivo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a) o ativo financeiro ou passivo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter instrumentos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) os termos contratuais do ativo financeiro ou passivo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

#### III. Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro e passivo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

### 2.20. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

### 2.21. Informações por segmento

As atividades da companhia estão concentradas no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, masculinos, infantis, bolsas, acessórios e vestuário em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia estão representados pelas marcas Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Fiever, Alme, Vans, Reserva, Reserva Mini, Reserva Go, Oficina e Eva, embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas monomarcas, que compreendem as lojas próprias, franquias e webcommerce, e as lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda.



## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.22. Pagamento baseado em ações

#### 2.22.1 Plano ações restritas

A Companhia aprovou um plano de ações restritas para administradores, executivos e empregados selecionados da Companhia ofertando a eles as ações restritas na forma e condições descritas no plano. A despesa é registrada em uma base “pro rata temporis” que se inicia na data da outorga, até a data em que a Companhia transfere o direito das ações ao beneficiário. A despesa corresponde a quantidade de ações concedidas multiplicadas pelo valor justo da ação na data da outorga, bem como a provisão dos encargos. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 34.

### 2.23. Combinações de Negócio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia na data de aquisição, dos passivos incorridos pela Companhia com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio é mensurado através da comparação entre o montantes da contraprestação transferida, incluindo o valor das participações minoritárias na entidade adquirida e o valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), com os valores líquidos a valor justo, na data de aquisição, dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a mensuração, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, incluindo o valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

Quando a contraprestação transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída no montante de contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação após o período de mensuração são ajustes do período em que ocorrem, e ajustadas prospectivamente, com correspondentes impacto no resultado do período. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, e ajustados aos montantes dos ativos adquiridos ou passivos assumidos, e ao ágio.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.23 Combinações de Negócio--Continuação

O ágio é inicialmente reconhecido e mensurado conforme descrito acima. O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio são reconhecidas no período subsequente.

### 2.24 Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% (trinta por cento) do capital social, não é obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

O estatuto da Companhia permite a constituição de reservas estatutárias de acordo com a Lei nº 6.404/76, observando que seu saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuadas a Reserva para Contingência e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do Artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendo.

### 2.25 Dividendos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada “Dividendo adicional proposto”, permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.26 Reserva de incentivos fiscais

A Companhia e suas controladas gozam de incentivos fiscais de ICMS que de acordo com a Lei complementar 160/17 são classificados como subvenção para investimentos. A Administração da Companhia, tendo em vista a referida Lei, está destinando os montantes descritos na Nota 35, para reserva de incentivos fiscais, na rubrica de reserva de lucros, sujeita a aprovação em Assembleia Geral Ordinária. Os valores dos incentivos não fazem parte da base de cálculo de dividendo mínimo obrigatório sendo que somente poderão ser incorporados ao capital social, em conformidade com a Lei 6.404/76.

## 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

### 3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

### 3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

#### I. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

#### 3.2. Estimativas e premissas--Continuação

##### II. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

##### III. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

##### IV. Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção e da ação, volatilidade e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 34.

##### V. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

##### VI. Arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos)

menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Para os contratos de arrendamento reconhecidos no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia utilizou uma taxa de 1,8% para os contratos de arrendamentos nos Estados Unidos da América e 6,1% para os contratos no Brasil.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

#### 3.2. Estimativas e premissas--Continuação

Em virtude da pandemia da COVID-19, os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram reavaliadas para o período corrente na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As atualizações estão mencionadas nas respectivas notas explicativas.

### 4. Pronunciamentos novos ou revisados

As alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º janeiro de 2020 não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Em 27 de agosto de 2020, o International Accounting Standards Board (IASB) publicou o “Interest Rate Benchmark Reform – Phase 2: Amendments to IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 and IFRS16” que contempla os efeitos das alterações da LIBOR e de outras taxas semelhantes (reforma das “IBORs”) sendo substituídas por uma taxa de referência alternativa. A vigência será a partir de 1º de janeiro de 2021 para as Demonstrações Financeiras em IFRS.

A companhia não tem contratos de empréstimos com terceiros ou hedge accounting atrelados à LIBOR em 31 de dezembro de 2020.

### 5. Combinação de negócios

Em 04 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu 100% do capital social e obteve controle da VamoQueVamo Empreendimentos e Participações S.A. “Reserva”, obtendo seu controle. A Reserva é uma companhia que desenvolve atividades de comércio de varejo, atacado, industrialização e confecção de roupas, artigos de vestuário, calçados, acessórios e concessão de franquias, dentre outras atividades. A Reserva foi adquirida mediante a estratégia da Companhia de complementar seus negócios no setor de moda e varejo, ampliar sua oferta de produtos e expandir seu portfólio de marcas, com a inclusão no portfólio do grupo Arezzo&Co (mediante a efetivação da operação) das marcas Reserva, Reserva Mini, Oficina Reserva, Reserva Go, INK e EVA.

A seguir estão apresentados os valores justos preliminares dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. A mensuração foi realizada de forma preliminar, devendo sua finalização ocorrer dentro do período de até doze meses após a data de aquisição, conforme previsto no CPC 15 – Combinação de Negócios.

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5. Combinações de negócios--Continuação

Segue posição preliminar dos saldos reconhecidos na combinação de negócio em 04 de dezembro de 2020:

	Valor contábil	Ajuste a valor justo	Saldos a valor justo
<b>Ativos adquiridos</b>			
Caixa e bancos	71.666	-	71.666
Contas a receber de clientes	78.729	-	78.729
Estoques	66.450	6.111	72.561
Outros créditos circulantes	15.455	-	15.455
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.329	-	24.329
Imobilizado	58.588	(1.911)	56.677
Investimentos	900	-	900
Intangível	5.943	266.427	272.370
Outros créditos não circulantes	454	-	454
<b>Passivos assumidos</b>			
Empréstimos e financiamentos	91.806	-	91.806
Arrendamentos a pagar	34.712	-	34.712
Fornecedores	36.805	-	36.805
Outras obrigações circulantes	48.622	-	48.622
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	2.959	-	2.959
Outras obrigações não circulantes	4.156	-	4.156
<b>Total da contraprestação</b>			
Coberta por:			
Caixa	175.000	-	175.000
Contraprestação em caixa estimada a pagar	50.000	-	50.000
<b>Instrumentos patrimoniais (8.677.134 ações da</b>	<b>615.209</b>	-	<b>615.209</b>
<b>Companhia)</b>			
<b>Total da contraprestação transferida</b>	<b>840.209</b>	-	<b>840.209</b>
<b>Ágio total</b>			<b>466.128</b>

**5. Combinações de negócios--Continuação**

A atividade de investimento na combinação de negócio na aquisição da controlada Vamoquevamo Empreendimentos e Participações S.A. que não envolveu a movimentação de caixa, e portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da Demonstração do Fluxo de Caixa, estão demonstradas abaixo:

Descrição	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2020
Investimentos	840.209	103.454
Imobilizado (menos valia) (a)		(1.911)
Intangível (mais valia) (b)		266.427
Estoque (mais valia) (c)		6.111
Ágio		466.128
Aumento de capital social por emissão de ações		(615.209)
<b>Saída de caixa</b>	<b>225.000</b>	<b>225.000</b>
Realizada	175.000	175.000
A realizar	50.000	50.000

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

- a) **Imobilizado:** Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
- b) **Intangível:** Método relief-from-royalty e método multi-period excess earnings: o método relief-from-royalty considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes adquiridas. O método multi-period excess earnings considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios. Os ativos intangíveis são compostos pelas marcas, licenciamento e internalização, e relacionamento com clientes.

**5. Combinações de negócios--Continuação**

Seguem-se as premissas subjacentes materiais utilizadas na determinação dos ajustes de estimativa de valor justo sobre ativos intangíveis Relacionamento com clientes e Relacionamentos com franqueados:

	<b>Relacionamento com clientes</b>	<b>Relacionamento com franqueados</b>
Receita	A projeção de receita foi baseada na receita operacional de clientes multimarca e rotatividade estimada	A projeção de receita foi baseada na receita operacional de clientes franqueados e rotatividade estimada
Taxa de atrito	Taxa de 20,5% com base na taxa média rotatividade dos clientes Multimarcas da Arezzo.	Taxa de 4,8% com base em uma média da perda de franquias da Arezzo de 1997 até 2019.
Vida útil	A vida útil remanescente foi estimada em 11,1 anos, considerando-se o critério de concentração de aproximadamente 90% do fluxo de caixa total a valor presente do ativo avaliado.	
Benefício fiscal da amortização	O benefício fiscal da amortização foi calculado de acordo com a alíquota nominal de 34% e o período de amortização equivalente a vida útil remanescente do ativo.	
Taxa de desconto	Taxa de 13,6% com base no WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) calculado acrescido de um prêmio de risco.	

Para as marcas foi aplicado o método de isenção de royalties:

Receita	A análise de valor justo das marcas da Reserva considerou uma base de receita atreladas às Marcas.
Taxa de royalties	Taxa de 5,5% aplicada sobre as linhas de receitas líquidas projetadas das marcas individualmente e tem como base royalties de transações similares e contratos vigentes da Arezzo.
Vida útil	Indefinida
Benefício fiscal da amortização	O benefício fiscal da amortização foi calculado de acordo com a alíquota nominal de 34% e o período de amortização equivalente a vida útil remanescente do ativo.
Taxa de desconto	Taxa de 13,6% com base no WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) calculado acrescido de um prêmio de risco.

- c) Estoques:** Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os estoques. O efeito do ajuste de valor justo não irá gerar diferenças temporárias para contabilização de impostos diferidos em virtude do curto prazo de giro dos estoques.

O "Contas a receber de clientes" é composto por montantes contratuais brutos devidos de R\$89.941, dos quais R\$11.212 são estimados como não recuperáveis, bem como já estavam contabilizados na data de aquisição, de forma que não gerou ajustes adicionais.



**5. Combinações de negócios--Continuação**

O ágio no valor de R\$466.128 resultante da aquisição é atribuído às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia, bem como ampliação dos negócios do mercado endereçável da Companhia. Espera-se que o ágio seja dedutível para fins do imposto de renda mediante a incorporação da controlada no futuro, visto que a transação foi realizada no Brasil, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e o laudo será protocolado na Junta Comercial para cumprimento dos requerimentos para dedutibilidade da despesa de amortização de ágio gerada nesta transação.

O valor justo das 8.677.134 ações ordinárias emitidas como parte da contraprestação paga pela Companhia foi determinado pelo preço de mercado da ação na data da aquisição, cujo valor era de R\$70,90. Os custos relacionados à aquisição (incluídos nas despesas administrativas) totalizaram R\$12.100. A Reserva contribuiu com receitas no valor de R\$90.333 e R\$31.742 para o lucro da Companhia para o período entre a data de aquisição e a data do encerramento do exercício.

**6. Caixa e bancos**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Caixa	<b>634</b>	450	<b>2.295</b>	1.175
Bancos	<b>2.657</b>	1.236	<b>36.002</b>	12.633
<b>Total de caixa e bancos</b>	<b>3.291</b>	1.686	<b>38.297</b>	13.808

**7. Aplicações financeiras**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Circulante</b>				
Renda fixa (i)	<b>172.265</b>	4.845	<b>233.380</b>	5.393
Fundo de investimento exclusivo				
CDB	<b>2.264</b>	2.984	<b>3.737</b>	3.540
Letras financeiras (CEF)	<b>7.618</b>	40.784	<b>12.574</b>	48.395
Letras financeiras do tesouro	<b>165.493</b>	174.064	<b>273.177</b>	206.547
<b>Total das aplicações financeiras</b>	<b>347.640</b>	222.677	<b>522.868</b>	263.875

(i) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB) e investimentos em títulos.

**Fundo de investimento exclusivo**

O fundo de investimento ZZ Referenciado DI Crédito Privado é um fundo de renda fixa de crédito privado sob gestão, administração e custódia do Banco Santander S.A.. O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, às taxas de custódia, às taxas de auditoria e às despesas.

**7. Aplicações financeiras--Continuação**

O fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia e de suas controladas. Desta forma, de acordo com a instrução CVM 408/04, a aplicação financeira no fundo de investimento no qual a Companhia tem participação exclusiva foi consolidada.

Em 31 de Dezembro de 2020, a remuneração média dos investimentos do fundo e aplicações é de 97% do CDI. Os ativos são compostos em 56% por Letras Financeiras do Tesouro - LFT e 97% dos ativos possuem liquidez diária.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha (assim compreendido as 10 maiores instituições do país) e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 31 de Dezembro de 2020, a Companhia não possuía aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras.

**8. Contas a receber de clientes**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b><u>Clientes nacionais</u></b>				
Duplicatas a receber	<b>341.208</b>	292.542	<b>383.835</b>	298.350
Duplicatas a receber - partes relacionadas (nota 13a)	<b>51.127</b>	1.580	-	-
<b><u>Clientes estrangeiros</u></b>				
Duplicatas a receber	<b>4.839</b>	3.574	<b>44.488</b>	54.242
Duplicatas a receber - partes relacionadas (nota 13a)	<b>30.523</b>	23.736	-	-
<b><u>Outros</u></b>				
Cartões de crédito	-	-	<b>184.541</b>	73.775
Cheques e outros valores	<b>61</b>	24	<b>95</b>	80
	<b>427.758</b>	321.456	<b>612.959</b>	426.447
(-) Perda de crédito esperada	<b>(9.192)</b>	(1.639)	<b>(11.571)</b>	(2.633)
<b>Total do contas a receber</b>	<b>418.566</b>	319.817	<b>601.388</b>	423.814
Circulante	<b>385.479</b>	285.679	<b>598.824</b>	413.412
Não Circulante	<b>33.087</b>	34.138	<b>2.564</b>	10.402

Cartões de crédito de terceiros - as vendas por cartões de crédito podem ser realizadas à vista ou por meio de parcelamentos. O risco de crédito nessas operações é assumido pelas operadoras de cartões de crédito.

Duplicatas a receber - a Companhia oferece a seus clientes pessoas jurídicas parcelamento por meio de duplicatas. O risco de crédito nessas operações é assumido pela Companhia.

**8. Contas a receber de clientes--Continuação**

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Destaca-se que os clientes de varejo têm suas operações preponderantemente representadas nas contas de “cartões de créditos” e as operações decorrentes de representações comerciais e distribuidores (franquias), que possuem relacionamento estruturado com a Companhia, estão representadas pela conta de “duplicatas a receber clientes nacionais”.

A composição das contas a receber (clientes estrangeiros) por moeda é como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
USD	<b>35.362</b>	27.299	<b>43.864</b>	51.045
EUR	-	11	<b>624</b>	3.197
	<b>35.362</b>	27.310	<b>44.488</b>	54.242

A movimentação da perda de crédito esperada está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Saldo no início do exercício	<b>(1.639)</b>	(4.839)	<b>(2.633)</b>	(5.243)
Adições/reversões	<b>(13.210)</b>	(2.180)	<b>(15.210)</b>	(2.770)
Baixas	<b>5.657</b>	5.380	<b>6.272</b>	5.380
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(9.192)</b>	(1.639)	<b>(11.571)</b>	(2.633)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
A vencer	<b>412.798</b>	307.843	<b>597.999</b>	413.328
Vencido até 30 dias	<b>2.244</b>	4.653	<b>2.244</b>	4.653
Vencido de 31 a 60 dias	<b>1.979</b>	2.615	<b>1.979</b>	2.615
Vencido de 61 a 90 dias	<b>703</b>	1.734	<b>703</b>	1.734
Vencido de 91 a 180 dias	<b>2.350</b>	975	<b>2.350</b>	975
Vencido de 181 a 360 dias	<b>6.004</b>	1.825	<b>6.004</b>	1.331
Vencido há mais de 360 dias	<b>1.680</b>	1.811	<b>1.680</b>	1.811
	<b>427.758</b>	321.456	<b>612.959</b>	426.447

**8. Contas a receber de clientes--Continuação**

No cenário atual de pandemia, a inadimplência, embora ainda em patamares mais elevados do que habitual segue reduzindo, principalmente devido a recuperação gradativa do *sell out*. Realizamos um incremento de provisão de perda de acordo com nosso parâmetro utilizado de análise de risco da carteira.

A inadimplência pode ser um sinalizador de dificuldade de pagamento por parte do cliente, porém, a Companhia tem monitorado tempestivamente o comportamento do valor de mercado da operação, além dos estoques de seus clientes e, em sua avaliação, não há indícios de insolvência. Dependendo da reação do mercado e *sell out* das lojas, poderá ser avaliado concessão de prazo adicional aos clientes, bem como reavaliação da necessidade de provisão de perdas.

Na retomada da economia com a abertura das lojas, as necessidades de novos faturamentos seguem passando por critérios rigorosos de créditos, com a avaliação da disponibilidade de limite de crédito, volume de liquidações realizadas nos últimos meses e sempre respeitando um montante de compra compatível com o *sell out*, que neste caso já foi revisto de acordo com o novo cenário.

A Companhia efetua avaliação de risco do contas a receber periodicamente e reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 uma provisão adicional de R\$15.210 (R\$2.770 em 31 de dezembro de 2019) referente perdas no recebimento de crédito, classificado em despesas comerciais.

**9. Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Produtos acabados	<b>81.506</b>	60.119	<b>265.378</b>	157.622
Matérias primas	<b>3.408</b>	4.060	<b>17.098</b>	17.480
Produtos em elaboração	-	-	<b>7.750</b>	6.219
Adiantamentos a fornecedores	<b>5.326</b>	4.825	<b>7.884</b>	5.631
(-) Provisão para perdas	<b>(4.546)</b>	(5.717)	<b>(7.214)</b>	(7.453)
<b>Total dos estoques</b>	<b>85.694</b>	63.287	<b>290.896</b>	179.499

As matérias primas destinam-se ao desenvolvimento de novos produtos e coleções e a produção de calçados na controlada ZZSAP. Adicionalmente, temos os tecidos e aviamentos que serão utilizados na confecção de peças de vestuários na controlada Vamoquevamos. Os produtos em elaboração referem-se substancialmente aos calçados que se encontram em fase de fabricação na controlada ZZSAP. Os produtos acabados são compostos, de calçados, bolsas, peças de vestuários e acessórios da moda para formação de estoques estratégicos para reposição imediata aos clientes e para venda nas lojas próprias e webcommerce.

**9. Estoques--Continuação**

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício	<b>(5.717)</b>	(2.860)	<b>(7.453)</b>	(4.087)
Constituição de provisão	<b>(94)</b>	(4.060)	<b>(1.026)</b>	(4.569)
Realizações	<b>1.265</b>	1.203	<b>1.265</b>	1.203
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(4.546)</b>	(5.717)	<b>(7.214)</b>	(7.453)

**10. Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS a recuperar	<b>6.878</b>	9.243	<b>19.718</b>	14.560
IRPJ a Recuperar	<b>390</b>	24.794	<b>791</b>	25.380
CSLL a Recuperar	<b>98</b>	6.789	<b>206</b>	6.924
Pis e Cofins a recuperar (i)	-	3	<b>55.954</b>	39.851
IPI a Recuperar	-	-	<b>1.212</b>	1.425
Outros	<b>4.095</b>	1.124	<b>8.153</b>	2.192
<b>Total</b>	<b>11.461</b>	41.953	<b>86.034</b>	90.332

(i) A Companhia obteve êxito em ação judicial, que tramitou perante a Justiça Federal, referente à exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do PIS e da COFINS e teve reconhecido o direito de reaver, mediante compensação, os valores apurados para as controladas ZZAB e ZZSAP, ambas com habilitação deferida pela Receita Federal do Brasil, reconhecido no resultado. (Nota 32)

**11. Outros créditos**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Adiantamento ao fundo de propaganda (i)	<b>8.228</b>	7.163	<b>8.228</b>	7.163
Adiantamento a franqueados	<b>623</b>	623	<b>623</b>	623
Adiantamentos a fornecedores	<b>4.115</b>	2.130	<b>9.512</b>	2.710
Adiantamentos a empregados	<b>805</b>	1.002	<b>1.494</b>	4.628
Despesas antecipadas	<b>1.194</b>	1.290	<b>4.260</b>	1.318
Outros créditos a realizar	<b>1.821</b>	1.802	<b>7.160</b>	5.788
<b>Total de outros créditos</b>	<b>16.786</b>	14.010	<b>31.277</b>	22.230
Circulante	<b>16.470</b>	13.693	<b>27.949</b>	19.739
Não circulante	<b>316</b>	317	<b>3.328</b>	2.491

**11. Outros créditos--Continuação****(i) Adiantamentos ao fundo de propaganda**

Para a propaganda e promoção nacional da rede de franquias da Companhia (“Rede de Franquias Arezzo”, “Rede de Franquias Schutz”, “Rede de Franquias Anacapri”, “Rede de Franquias Fiever”, “Rede de Franquias Alme” e “Rede de Franquias Vans”), o franqueado compromete-se a destinar um percentual do valor bruto das suas compras a um fundo de propaganda nacional, denominado “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Arezzo”, “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Schutz” e “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Anacapri”, “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Fiever”, “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Alme” e “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Vans”. Os valores correspondentes a este percentual são depositados mensalmente pelos franqueados e destinados ao desenvolvimento de estratégias de marketing e publicidade, incluindo propaganda e promoções exercidas em benefício da divulgação da Rede de Franquias Arezzo, Rede de Franquias Schutz, Rede de Franquias Anacapri, Rede de Franquias Fiever, Rede de Franquias Alme e Rede de Franquias Vans, bem como para custeio de fornecedores de criação e desenvolvimento de campanhas, além de qualquer outra atividade relacionada à propaganda e promoção em nível nacional. Os valores arrecadados são administrados pela franqueadora e a prestação de contas da destinação dos valores é realizada anualmente aos franqueados.

**12. Imposto de renda e contribuição social****a) Impostos diferidos**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Bases de cálculo IRPJ e CSLL diferidos</b>				
Lucro não realizado nos estoques	<b>21.169</b>	20.732	<b>21.169</b>	20.732
Provisão de contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	<b>5.721</b>	5.508	<b>12.735</b>	9.169
Provisão para perdas em créditos	<b>9.297</b>	1.887	<b>10.382</b>	1.887
Provisão para Plano de Ações	<b>4.030</b>	4.879	<b>4.030</b>	4.879
Provisão de Comissões	<b>7.891</b>	3.461	<b>7.891</b>	3.461
Provisão para perdas nos estoques	<b>4.546</b>	5.717	<b>10.743</b>	6.087
Provisão variação cambial	-	1.753	<b>(2.488)</b>	(1.871)
Outras Provisões	<b>596</b>	757	<b>596</b>	476
Faturados e não entregues (líquido)	<b>2.893</b>	-	<b>5.657</b>	1.305
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	<b>87.534</b>	-	<b>166.438</b>	-
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>143.677</b>	44.694	<b>237.153</b>	46.125
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>48.850</b>	15.196	<b>80.632</b>	15.682

O imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

**12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação****b) Impostos diferidos--Continuação**

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo fiscal diferido:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Saldo de abertura	<b>15.196</b>	15.746	<b>15.682</b>	17.491
Imposto de renda diferido reconhecido no resultado	<b>33.654</b>	1.131	<b>40.622</b>	(128)
Aquisição de controlada	-	-	<b>24.328</b>	-
Imposto de renda diferido reconhecido em outros resultados abrangentes	-	(1.681)	-	(1.681)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>48.850</b>	15.196	<b>80.632</b>	15.682

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura dos créditos tributários nos próximos anos.

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
2021	<b>24.828</b>	6.868	<b>31.528</b>	7.114
2022	<b>19.555</b>	4.164	<b>26.072</b>	4.284
2023	<b>4.467</b>	4.164	<b>13.209</b>	4.284
2024	-	-	<b>9.823</b>	
<b>Total do imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>48.850</b>	15.196	<b>80.632</b>	15.682

**12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação****c) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>24.732</b>	175.098	<b>54.558</b>	204.926
Alíquota vigente	<b>34,0%</b>	34,0%	<b>34,0%</b>	34,0%
<b>Expectativa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente</b>	<b>(8.409)</b>	(59.533)	<b>(18.550)</b>	(69.675)
Benefício dos gastos pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	<b>2.212</b>	9.190	<b>2.212</b>	9.190
Equivalência patrimonial	<b>12.982</b>	1.411	-	-
Juros sobre capital próprio	<b>9.173</b>	12.956	<b>9.173</b>	12.956
IR/CS diferidos s/prejuízos não constituídos em empresas controladas	-	-	<b>(32.099)</b>	(22.340)
Subvenções governamentais (i)	<b>14.815</b>	25.122	<b>36.243</b>	30.078
Despesa com planos baseados em ações	<b>(1.125)</b>	(1.099)	<b>(1.125)</b>	(1.099)
Incentivos fiscais (PAT, Lei Rouanet)	<b>234</b>	498	<b>559</b>	836
Outras diferenças permanentes	<b>(6.030)</b>	(1.504)	<b>(2.387)</b>	(2.733)
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>23.852</b>	(12.959)	<b>(5.974)</b>	(42.787)
Corrente	<b>(9.802)</b>	(14.090)	<b>(46.596)</b>	(42.659)
Diferido	<b>33.654</b>	1.131	<b>40.622</b>	(128)
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>23.852</b>	(12.959)	<b>(5.974)</b>	(42.787)
Taxa efetiva	<b>N/A</b>	<b>7,4%</b>	<b>10,9%</b>	<b>20,9%</b>

(i) Incentivo Fiscal de ICMS, nos termos da Lei complementar 160/2017, conforme nota 35.



12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

d) Avaliação dos impactos do ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Administração avaliou os impactos referentes à aplicação do ICPC 22/IFRIC23 que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existirem incertezas quanto à aceitabilidade de certo tratamento tributário. Em sua avaliação entendeu que é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento adotado referente ao tratamento fiscal descrito abaixo:

Ação Anulatória de Débito Fiscal, nº 1015792-98.2017.4.01.3400, cuja tramitação ocorre na 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, visando a suspensão e a posterior anulação dos créditos materializados nos Autos de Infração objeto do Processo Administrativo nº 15504.725551/2013-17 (por supostas omissões de receitas financeiras decorrentes de contratos de mútuo celebrados com empresas coligadas nos anos-calendário de 2008 e 2009; excesso de dedução de despesas decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital próprio nos anos-calendário de 2008 e 2009, supostamente desproporcional à participação societária e amortização fiscal supostamente indevida do ágio pago na aquisição da Empresa pela BRICS em 8.11.2007), assim como a declaração do direito da empresa de deduzir a despesa com amortização de ágio ao menos da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o cancelamento da cobrança das multas isoladas exigidas pelo não recolhimento das estimativas no valor entendido como devido, nos termos do artigo 44, II, da Lei nº 9.430/1996 (no patamar de 50%). O processo em questão aguarda a realização de perícia contábil requerida pela Companhia, que tem como finalidade demonstrar que o negócio desenvolvido à época da aquisição das ações pela BRICS demonstrava relevante vitalidade econômica e propósito negocial.

**13. Saldos e transações com partes relacionadas****a) Saldos e transações com empresas controladas e controladora:**

		31/12/2020					
		Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo não circulante	Transações
		Contas a receber	Dividendos	Contas a receber	Mutuo	Fornecedores	Receitas Compras
<b>Controladora</b>							
ARZZ International INC		-	-	30.523	24.271	-	96 -
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.		47.850	-	-	-	5.693	329.808 4.729
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.		302	-	-	20.754	275	21 98.439
ZZEXP Comercial Exportadora S/A		2.975	21.839	-	-	-	2.541 -
<b>Total da controladora</b>		<b>51.127</b>	<b>21.839</b>	<b>30.523</b>	<b>45.025</b>	<b>5.968</b>	<b>332.466 103.168</b>

  

		31/12/2019					
		Ativo circulante		Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações
		Contas a receber	Dividendos	Créditos	Fornecedores	Mútuo	Receitas Compras
<b>Controladora</b>							
ARZZ Co International INC				23.736		3.795	249 -
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.		950	-	-	1.992	-	218.124 4.693
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.		196	-	-	(707)	-	507 109.109
ZZEXP Comercial Exportadora S/A		434	-	-	-	-	180 -
<b>Total da controladora</b>		<b>1.580</b>	<b>-</b>	<b>23.736</b>	<b>1.285</b>	<b>3.795</b>	<b>219.060 113.802</b>

  

<b>Consolidado</b>							
Acionistas controladores		-	-	-	-	1.502	- -
<b>Total do consolidado</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.502</b>	<b>- -</b>

**b) Natureza, termos e condições das transações - empresas controladas**

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes.

As transações mais comum são:

- venda da controladora para as controladas ZZAB e ARZZ;
- venda da controlada ZZEXP para controlada ARZZ; e
- venda da controlada ZZSAP para controladora e para controlada ZZEXP.

**13. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação****c) Remuneração da Administração**

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore, participação nos lucros e planos baseados em ações. Em 31 de dezembro de 2020 a remuneração total relativa aos benefícios da Administração da Companhia foi de R\$13.358 (R\$13.257 em 31 de dezembro de 2019), como segue:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Remuneração fixa anual salário/pró-labore	<b>6.851</b>	6.763
Remuneração variável bônus	<b>4.410</b>	3.473
Plano de opções de ações e ações restritas (Nota 34)	<b>2.097</b>	3.021
<b>Total da remuneração</b>	<b>13.358</b>	13.257

As despesas com plano de ações restritas (Nota 34) estão sendo apresentadas como despesa operacional antes do resultado financeiro.

A Companhia possui o programa de participação nos resultados que tem como principal objetivo valorizar o desempenho dos seus funcionários durante o exercício. Mensalmente, são reconhecidos um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nas estimativas de alcance das metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados pela Administração. O reconhecimento no passivo é realizado no grupo de salários e encargos sociais e na demonstração do resultado, ocorre na rubrica das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas (Nota 29).

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros para a Administração e seus empregados.

**d) Transações ou relacionamentos com acionistas**

Alguns diretores e conselheiros da Companhia detêm, de forma direta, uma participação total de 45,8% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2020 (50,8% em 31 de dezembro de 2019).

**e) Transações com outras partes relacionadas**

A Companhia mantém contrato de prestação de serviço com a empresa Ethos Desenvolvimento S/C Ltda., de propriedade do Sr. José Ernesto Beni Bolonha, membro do Conselho de Administração da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 esta empresa recebeu R\$671 (R\$630 em 31 de dezembro de 2019).

## 14. Participações societárias

a) Resumo dos saldos de balanço e resultado das controladas em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	31/12/2020					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Receita líquida	Resultado do exercício
ARZZ International INC	214.423	279.473	(65.050)	212.093	163.968	(94.408)
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	434.821	132.640	302.181	93.614	497.312	81.805
ZZSAP Ind.e Com.de Calçados Ltda.	99.260	39.174	60.086	27.592	110.215	4.020
ZZEXP Comercial Exportadora S/A	125.219	107.871	17.348	2.000	75.478	15.023
VQV Empreendimentos e Participações S.A.	365.958	230.762	135.196	107.044	71.246	31.742

Descrição	31/12/2019					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Receita líquida	Resultado do exercício
ARZZ International INC	247.340	291.243	(43.903)	127.144	175.597	(65.706)
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	292.513	72.139	220.374	93.614	346.099	35.154
ZZSAP Ind.e Com.de Calçados Ltda.	84.208	28.142	56.066	27.592	138.243	14.662
ZZEXP Comercial Exportadora S/A	161.923	139.807	22.116	2.000	117.657	20.040

Os lucros não realizados nos estoques são demonstrados no resultado do exercício das controladas nas tabelas acima.

b) Saldos de investimentos e equivalência patrimonial:

Descrição	Investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
	2020	2019	2020	2019
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	302.181	220.374	81.805	35.154
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	60.086	56.066	4.020	14.662
ZZEXP Comercial Exportadora S/A	17.348	22.116	15.023	20.040
VQV Empreendimentos e Participações S.A.	135.196	-	31.742	-
Agio e mais/menos valia na aquisição de controlada	736.754			
<b>Total investimento</b>	<b>1.251.565</b>	298.556	<b>132.590</b>	69.856
ARZZ International INC	(65.050)	(43.903)	(94.408)	(65.706)
<b>Provisão para passivo Descoberto</b>	<b>(65.050)</b>	(43.903)	<b>(94.408)</b>	(65.706)
<b>Total</b>	<b>1.186.515</b>	254.653	<b>38.182</b>	4.150

14. Participações societárias--Continuação

c) Movimentação dos investimentos:

	2020	2019
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>254.653</b>	279.480
Integralização de capital	<b>84.949</b>	-
Distribuição de dividendos	<b>(19.790)</b>	(28.188)
Aquisição de controlada (Nota 5)	<b>840.208</b>	-
Equivalência patrimonial	<b>38.182</b>	4.150
Reversão de dividendos prescritos de empresa ligada	<b>2.101</b>	-
Ajuste de avaliação patrimonial	<b>(13.788)</b>	(789)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.186.515</b>	254.653

No ano de 2020 a companhia realizou a integralização de capital no valor R\$84.949 na controlada ARZZ.

Esta sendo apresentado como ajuste de avaliação patrimonial o efeito da variação cambial do patrimônio líquido e do resultado do ano de 2020 da controlada “ARZZ” sediada nos Estados Unidos.

Distribuição de dividendos

Em 08 de maio de 2020, a controlada ZZEXP Comercial Exportadora S.A aprovou a distribuição de dividendos decorrentes da participação detida pela Controladora no montante de R\$19.790 de seu lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

15. Imobilizado

Controladora	2020			2019		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Computadores e periféricos	21.982	(16.155)	5.827	20.297	(13.915)	6.382
Móveis e utensílios	10.789	(6.034)	4.755	10.235	(5.075)	5.160
Máquinas e equipamentos	10.540	(6.474)	4.066	9.502	(5.589)	3.913
Instalações e showroom	27.123	(13.393)	13.730	25.261	(10.998)	14.263
Veículos	221	(212)	9	221	(209)	12
Terreno	84	-	84	84	-	84
Direito de uso de bens	34.565	(13.968)	20.597	34.163	(6.778)	27.385
<b>Total</b>	<b>105.304</b>	<b>(56.236)</b>	<b>49.068</b>	<b>99.763</b>	<b>(42.564)</b>	<b>57.199</b>

Consolidado	2020			2019		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Computadores e periféricos	30.910	(22.278)	8.632	25.050	(17.234)	7.816
Móveis e utensílios	49.912	(22.456)	27.456	37.607	(16.020)	21.587
Máquinas e equipamentos	31.480	(18.213)	13.267	25.722	(14.360)	11.362
Instalações e showroom	128.237	(66.461)	61.776	105.501	(46.774)	58.727
Veículos	249	(234)	15	234	(223)	11
Terreno	84	-	84	84	-	84
Direito de uso de bens	308.180	(103.110)	205.070	245.097	(40.602)	204.495
<b>Total</b>	<b>549.052</b>	<b>(232.752)</b>	<b>316.300</b>	<b>439.295</b>	<b>(135.213)</b>	<b>304.082</b>

**15. Imobilizado--Continuação**

Os detalhes da movimentação do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

<b>Controladora</b>	<b>Computa- dores e periféricos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Máquinas e equipa- mentos</b>	<b>Instalações e showroom</b>	<b>Veículos</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Direito de uso de imóveis</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31/12/2018	4.900	4.517	3.767	13.004	25	101	-	26.314
Adoção inicial CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	-	32.987	32.987
Aquisições	3.625	1.492	878	3.373	-	-	1.258	10.626
Depreciação	(2.141)	(849)	(732)	(2.114)	(13)	-	(6.796)	(12.645)
Baixas	(2)	-	-	-	-	(17)	(64)	(83)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>6.382</b>	<b>5.160</b>	<b>3.913</b>	<b>14.263</b>	<b>12</b>	<b>84</b>	<b>27.385</b>	<b>57.199</b>
Aquisições	2.051	553	1.040	1.904	-	-	3.141	8.689
Depreciação	(2.266)	(958)	(884)	(2.426)	(3)	-	(7.658)	(14.195)
Baixas	(340)	-	(3)	(11)	-	-	(2.271)	(2.625)
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>5.827</b>	<b>4.755</b>	<b>4.066</b>	<b>13.730</b>	<b>9</b>	<b>84</b>	<b>20.597</b>	<b>49.068</b>
Taxa média de depreciação	20%	10%	10%	10%	20%	-	20%	

  

<b>Consolidado</b>	<b>Computa- dores e periféricos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Máquinas e equipa- mentos</b>	<b>Instalações e showroom</b>	<b>Veículos</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Direito de uso de imóveis</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31/12/2018	6.432	17.163	11.540	47.941	24	101	-	83.201
Adoção inicial CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	-	199.777	199.777
Aquisições	4.241	9.711	1.999	23.318	-	-	41.832	81.101
Depreciação	(2.829)	(4.288)	(2.158)	(11.712)	(13)	-	(40.751)	(61.751)
Baixas	(55)	(991)	(19)	(1.519)	-	(17)	(928)	(3.529)
Variação cambial	27	(8)	-	699	-	-	4.565	5.283
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>7.816</b>	<b>21.587</b>	<b>11.362</b>	<b>58.727</b>	<b>11</b>	<b>84</b>	<b>204.495</b>	<b>304.082</b>
Aquisição de controlada	834	9.924	2.265	13.477	7	-	32.082	58.589
Mais (menos) valia	89	(3.100)	(231)	1.331	-	-	-	(1.911)
Aquisições	3.379	5.903	2.219	5.707	-	-	23.724	40.932
Depreciação	(2.928)	(3.925)	(2.331)	(9.391)	(3)	-	(49.843)	(68.421)
Baixas	(776)	(5.220)	(18)	(13.934)	-	-	(45.029)	(64.977)
Variação cambial	218	2.287	1	5.859	-	-	39.641	48.006
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>8.632</b>	<b>27.456</b>	<b>13.267</b>	<b>61.776</b>	<b>15</b>	<b>84</b>	<b>205.070</b>	<b>316.300</b>
Taxa média de depreciação	20%	10%	10%	10%	20%	-	10% a 20%	

Durante o exercício, a Companhia verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar registrados por valor contábil acima do valor recuperável e realizou teste para verificar a recuperabilidade desses ativos, não identificando a necessidade de provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados.

**16. Intangível**

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas avaliaram a vida útil-econômica desses ativos e concluíram que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2020.

Durante o exercício, a Companhia verificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis, incluindo os intangíveis com vida útil indefinida (fundo de comércio), poderiam estar registrados por valor contábil acima do valor recuperável e realizou teste para verificar a recuperabilidade desses ativos, não identificando a necessidade de provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados.

<b>Controladora</b>	<b>2020</b>			<b>2019</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Amortização</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização</b>	<b>Líquido</b>
Marcas e patentes	<b>5.582</b>	-	<b>5.582</b>	5.336	-	5.336
Direito de uso de lojas (definido)	<b>954</b>	<b>(954)</b>	-	954	(954)	-
Direito de uso de sistemas	<b>142.286</b>	<b>(90.358)</b>	<b>51.928</b>	118.935	(82.891)	36.044
<b>Total</b>	<b>148.822</b>	<b>(91.312)</b>	<b>57.510</b>	125.225	(83.845)	41.380

<b>Consolidado</b>	<b>2020</b>			<b>2019</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Amortização</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização</b>	<b>Líquido</b>
Marcas e patentes	<b>261.966</b>	-	<b>261.966</b>	6.494	-	6.494
Direito de uso de lojas (indefinido)	<b>35.808</b>	<b>(1.979)</b>	<b>33.829</b>	28.047	-	28.047
Direito de uso de lojas (definido)	<b>7.260</b>	<b>(7.260)</b>	-	4.159	(4.039)	120
Intangível - Mais Valia	<b>12.271</b>	-	<b>12.271</b>	-	-	-
Ágio	<b>466.128</b>	-	<b>466.128</b>	-	-	-
Direito de uso de sistemas	<b>159.983</b>	<b>(104.310)</b>	<b>55.673</b>	124.972	(84.586)	40.386
<b>Total</b>	<b>943.416</b>	<b>(113.549)</b>	<b>829.867</b>	163.672	(88.625)	75.047



**16. Intangível--Continuação**

Os detalhes da movimentação dos saldos da Companhia estão apresentados a seguir:

<b>Controladora</b>	<b>Marcas e patentes</b>	<b>Direito de uso de sistemas</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31/12/2018	4.686	27.478	32.164
Aquisições	650	23.466	24.116
Amortização	-	(14.870)	(14.870)
Baixas	-	(30)	(30)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>5.336</b>	<b>36.044</b>	<b>41.380</b>
Aquisições	246	23.351	23.597
Amortização	-	(7.467)	(7.467)
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>5.582</b>	<b>51.928</b>	<b>57.510</b>

Taxa média de depreciação Indefinida 20%

<b>Consolidado</b>	<b>Marcas e patentes</b>	<b>Direito de uso de lojas</b>	<b>Direito de uso de lojas</b>	<b>Relacionamentos com clientes</b>	<b>Ágio</b>	<b>Direito de uso de sistemas</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31/12/2018	5.802	30.643	-	-	-	30.723	67.168
Transferência	-	(3.046)	3.046	-	-	-	-
Aquisições	650	450	-	-	-	25.240	26.340
Amortização	-	-	(2.926)	-	-	(15.645)	(18.571)
Baixas	-	-	-	-	-	(30)	(30)
Variação cambial	42	-	-	-	-	98	140
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>6.494</b>	<b>28.047</b>	<b>120</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40.386</b>	<b>75.047</b>
Aquisição de controlada	760	5.175	-	-	-	7	5.942
Transferência	-	120	(120)	-	-	-	-
Aquisições	246	1.852	-	-	466.128	26.880	495.106
Mais valia	254.156	-	-	12.271	-	-	266.427
Amortização	-	(48)	-	-	-	(12.634)	(12.682)
Baixas	-	(1.317)	-	-	-	(6)	(1.323)
Variação cambial	310	-	-	-	-	1.040	1.350
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>261.966</b>	<b>33.829</b>	<b>-</b>	<b>12.271</b>	<b>466.128</b>	<b>55.673</b>	<b>829.867</b>

Taxa média de depreciação Indefinida Indefinida Definida Indefinida Indefinida 20%

Os intangíveis de vida útil definida denominados “Direito de uso de sistemas” referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros e softwares desenvolvidos internamente e são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, tendo como contrapartida a conta de despesas gerais e administrativas.

Os intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes e direitos de uso de lojas, sendo que estes últimos correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados, cujo os contratos de locação preveem renovações de prazos altamente prováveis. A recuperação destes ativos se dará quando da alienação dos pontos comerciais ou pela redução ao valor recuperável.

## 16. Intangível--Continuação

As aquisições dos Direitos de Uso das Lojas ocorrem mediante pagamentos à vista para liberação do ponto comercial, não restando outras obrigações decorrentes destas aquisições no passivo da Companhia. Essas negociações são usuais neste tipo de transação comercial devido à característica de negócio.

O ágio reconhecido pela Companhia corresponde à aquisição de investimento em 04 de dezembro de 2020 (Nota 5) e está alocado na unidade geradora de caixa Reserva. Portanto, o investimento encontra-se a valor justo em 31 de dezembro de 2020 e não há o que se falar de teste de impairment para o ágio, bem como o relacionamento com clientes.

Foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$33.799 na Controladora e no Consolidado (R\$33.785 em 31 de dezembro de 2019) relativos a gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e tecnologia, registradas na rubrica de despesas gerais e administrativas e no ativo intangível da Companhia.

### Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida do direito de uso de lojas (fundos de comércio) e marcas

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representadas por suas lojas.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa média de desconto antes dos impostos de 18,6% ao ano (equivalente a WACC de 10,8% ao ano), para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas** - As receitas foram projetadas entre 2021 e 2025 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa, os impactos de novos projetos arquitetônicos de certas lojas e nível de cada loja e marca no mercado.
- **Custos e despesas operacionais** - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

**16. Intangível--Continuação**Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida do direito de uso de lojas (fundos de comércio) e marcas--Continuação

- Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos produtos, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, visto que o valor estimado de uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

**17. Empréstimos e financiamentos**

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Em moeda nacional</b>	<b>204.747</b>	8.957	<b>287.770</b>	9.307
FINAME (a)	-	-	<b>279</b>	350
FINEP (b)	<b>3.839</b>	8.957	<b>3.839</b>	8.957
Capital de giro - Lei 4.131 (c)	-	-	<b>82.744</b>	-
Capital de giro - Lei 4.131 (d)	<b>150.878</b>	-	<b>150.878</b>	-
Capital de giro - Lei 4.131 (e)	<b>50.030</b>	-	<b>50.030</b>	-
<b>Em moeda estrangeira</b>	<b>256.024</b>	40.301	<b>346.499</b>	171.477
Capital de giro - Lei 4.131 (f)	<b>103.989</b>	40.301	<b>103.989</b>	40.301
Capital de giro - Lei 4.131 (g)	<b>156.180</b>	-	<b>156.180</b>	-
Capital de giro - Lei 4.131 (h)	-	-	<b>8.106</b>	-
Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC (i)	-	-	<b>61.164</b>	66.453
Pré-pagamento de exportação - PPE (j)	-	-	<b>23.788</b>	64.723
(+/-) Swap - capital de giro (k)	<b>(4.145)</b>	-	<b>(6.728)</b>	-
<b>Total dos empréstimos</b>	<b>460.771</b>	49.258	<b>634.269</b>	180.784
 Circulante	 <b>142.160</b>	 45.419	 <b>239.483</b>	 158.222
Não circulante	<b>318.611</b>	3.839	<b>394.786</b>	22.562

**17. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

Em 31 de dezembro de 2020 os vencimentos dos contratos e a taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos são:

- a) Finame: 6% ao ano, com parcelas mensais e vencimento final em outubro de 2024;
- b) FINEP: Taxa de 4% ao ano, limitado à TLP. Com vencimentos até setembro de 2021;
- c) Capital de Giro – Lei 4.131: denominado em Reais, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2020 de CDI + 3,242% ao ano. Contrato com vencimento até de julho de 2023;
- d) Capital de giro – Lei 4.131: denominado em Reais, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2020 de CDI + 1,85% ao ano. Contrato com vencimento a partir de março de 2022 até dezembro de 2022;
- e) Capital de giro – Lei 4.131: denominado em Reais, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2020 de CDI + 1,90% ao ano. Contrato com vencimento em março de 2022;
- f) Capital de giro – Lei 4.131: denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2020 de CDI + 3,90% ao ano. Contrato com vencimento a partir de março de 2021 até março de 2025;
- g) Capital de giro – Lei 4.131: denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2020 de CDI + 2,35% ao ano. Contrato com vencimento em dezembro de 2022;
- h) Capital de Giro – Lei 4.131: denominado em Dólares com swap para reais, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2020 de CDI + 3,24% ao ano. Contrato com vencimento a partir de janeiro de 2023;
- i) Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC): denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2020 de 3,81% ao ano. São diversos contratos com vencimento final em dezembro de 2021;
- j) Pré-pagamento de exportação (PPE): denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2020 de 3,17% ao ano. Com vencimento final em dezembro de 2021;
- k) As operações de *Swap* em moeda estrangeira (Lei 4.131) estão protegendo as oscilações do câmbio.

Os detalhes da movimentação dos empréstimos da Companhia estão demonstrados a seguir:

<b>Controladora</b>	<b>FINEP</b>	<b>Operação 4131</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31/12/2018	17.549	58.133	75.682
Captação	(8.592)	(20.370)	(28.962)
Pagamento de parcelas	(523)	(2.256)	(2.779)
Pagamento de juros	523	4.794	5.317
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>8.957</b>	<b>40.301</b>	<b>49.258</b>
<b>Captação</b>	<b>-</b>	<b>527.344</b>	<b>527.344</b>
<b>Pagamento de parcelas</b>	<b>(5.118)</b>	<b>(134.762)</b>	<b>(139.880)</b>
<b>Pagamento de juros</b>	<b>(234)</b>	<b>(4.710)</b>	<b>(4.944)</b>
<b>Provisão de juros e variação cambial</b>	<b>234</b>	<b>28.759</b>	<b>28.994</b>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>3.839</b>	<b>456.932</b>	<b>460.771</b>

## 17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Consolidado	FINAME	PPE	ACC	FINEP	Operação 4131	Total
Saldo em 31/12/2018	467	11.873	23.396	17.549	58.133	111.418
Captação	-	62.916	90.168	-	-	153.084
Pagamento de parcelas	-	(11.873)	(47.982)	(8.592)	(20.370)	(88.817)
Pagamento de juros	(141)	236	(3.784)	(523)	(2.256)	(6.468)
Provisão de juros e var.camb.	24	1.570	4.656	523	4.794	11.567
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>350</b>	<b>64.722</b>	<b>66.454</b>	<b>8.957</b>	<b>40.301</b>	<b>180.784</b>
<b>Captação</b>	<b>-</b>	<b>18.583</b>	<b>6.925</b>	<b>-</b>	<b>527.343</b>	<b>552.851</b>
<b>Aquisição de controlada</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>88.959</b>	<b>88.959</b>
<b>Pagamento de parcelas</b>	<b>(53)</b>	<b>(64.722)</b>	<b>(8.104)</b>	<b>(5.118)</b>	<b>(135.888)</b>	<b>(213.885)</b>
<b>Pagamento de juros</b>	<b>(37)</b>	<b>33</b>	<b>(3.847)</b>	<b>(234)</b>	<b>(4.969)</b>	<b>(9.054)</b>
<b>Provisão de juros e var.camb.</b>	<b>19</b>	<b>5.172</b>	<b>(264)</b>	<b>234</b>	<b>29.453</b>	<b>34.614</b>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>279</b>	<b>23.788</b>	<b>61.164</b>	<b>3.839</b>	<b>545.199</b>	<b>634.269</b>

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2021	-	-	-	22.357
2022	<b>318.611</b>	3.839	<b>358.751</b>	73
2023	-	-	<b>22.668</b>	73
2024	-	-	<b>11.772</b>	59
2025	-	-	<b>1.595</b>	-
<b>Total dos empréstimos</b>	<b>318.611</b>	3.839	<b>394.786</b>	22.562

Os empréstimos estão garantidos por aval das empresas do grupo e também com carta de fiança bancária e não possuem cláusulas restritivas (*covenants*) relacionadas a indicadores financeiros, assim como as cláusulas restritivas qualitativas estão sendo cumpridas. Os contratos Finame possuem como garantia os próprios bens objeto dos contratos.

**17. Empréstimos e financiamentos--Continuação****Outras garantias e compromissos**

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados “Arezzo”, em empreendimentos instalados na área de atuação deste banco, utilizando-se recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE) em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações, a título de capital de giro, se necessário. Pelos termos do acordo, a Companhia é garantidora dessas operações, por meio de carta fiança corporativa, quando contratadas pelos lojistas. Em 31 de dezembro de 20120 o valor destas operações era de R\$1.133 (R\$1.392 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia mantém também um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco Alfa, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados “Arezzo”, utilizando-se recursos do BNDES para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações. Pelos termos do acordo, a Companhia é garantidora dessas operações e em 31 de dezembro de 2020 o saldo dessas operações garantidas pela Companhia era de R\$6.605 (R\$8.832 em 31 de dezembro de 2019).

Não há histórico de perdas para a Companhia em operações desta natureza.

**18. Fornecedores**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Fornecedores nacionais	<b>79.466</b>	51.506	<b>133.212</b>	66.071
Operação de risco sacado (i)	<b>247.326</b>	67.941	<b>262.591</b>	67.941
Partes relacionadas (Nota 13.a)	<b>5.968</b>	1.285	-	-
Fornecedores estrangeiros	<b>3.061</b>	955	<b>3.386</b>	955
<b>Total de fornecedores</b>	<b>335.821</b>	121.687	<b>399.189</b>	134.967

- (i) A Companhia possui contratos firmados com o Banco Itaú Unibanco S/A para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credor da operação. A Administração revisou a composição da carteira desta operação e constatou uma mudança nos prazos com os fornecedores, passando de 50 para 120 dias. Este alongamento de prazo foi para estratégia adotada pela Companhia no enfrentamento à cadeia de produção, portanto não alterou a essência da operação de risco sacado e não gerou custos adicionais ou alteração de preços. Desta forma a Companhia entende que a apresentação desta operação na rubrica de fornecedores é adequada.

**19. Operações de arrendamentos**

A Companhia avaliou sua carteira de contratos e identificou 156 contratos. Cabe salientar que 57 contratos referem-se ao resultado da aquisição que a Controladora fez da empresa “VQV”.

Dos contratos citados acima 46 foram classificados nas isenções da norma e 110 dentro no escopo de arrendamentos. Sendo que estes contratos referem-se a aluguéis mínimos de suas unidades de lojas próprias, escritórios, fábricas e centros de distribuição.

Para os contratos que estão dentro do escopo da norma, a Companhia registrou o direito de uso pelo montante correspondente ao passivo de arrendamentos. Este, por sua vez, foi reconhecido com base no valor presente dos pagamentos remanescentes do contrato, descontado pela taxa nominal correspondente às cotações de mercado, apresentando uma taxa de 1,8% para os contratos de arrendamentos nos Estados Unidos da América e 6,1% para os contratos no Brasil.

A Companhia adotou o expediente prático CVM 859/2020 emitido em 07 de julho de 2020 que delibera sobre alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) referente a benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamentos, onde o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício é uma modificação do contrato de arrendamentos e contabilizar qualquer mudança no pagamento dos arrendamentos resultante do benefício concedido, como se a mudança não fosse uma modificação no contrato de arrendamentos. Com a adoção do expediente prático a Companhia reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o benefício no montante de R\$1.503 na controladora e R\$11.404 no consolidado.

## a) Movimentação do ativo com direito de uso de bens:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Adoção inicial em 01/01/2019</b>		
<b>Reconhecimento CPC 06(R2)</b>	<b>32.987</b>	<b>199.777</b>
Adições	1.258	41.832
Baixas	(64)	(928)
Depreciação	(6.796)	(40.751)
Variação cambial	-	4.565
<b>Total de direito de uso de bens em 31/12/2019</b>	<b>27.385</b>	<b>204.495</b>
<b>Total de direito de uso de bens em 31/12/2019</b>	<b>27.385</b>	<b>204.495</b>
Aquisição de Controlada	-	32.082
Adições	3.141	23.724
Baixas	(2.271)	(45.029)
Depreciação	(7.658)	(49.843)
Variação cambial	-	39.641
<b>Total de direito de uso de bens em 31/12/2020</b>	<b>20.597</b>	<b>205.070</b>

## 19. Operações de arrendamentos--Continuação

## b) Movimentação do passivo de arrendamentos:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Passivo de arrendamento em 01/01/2019</b>	<b>36.640</b>	<b>218.607</b>
Ajuste a valor presente	(3.653)	(18.830)
<b>Passivo de arrendamento em 01/01/2019</b>	<b>32.987</b>	<b>199.777</b>
Contraprestação do período	(6.479)	(42.069)
Juros s/arrendamento no período	944	5.608
Adições	1.258	41.832
Variação Cambial	-	4.853
Baixas	(64)	(943)
<b>Passivo de arrendamento em 31/12/2019</b>	<b>28.646</b>	<b>209.058</b>
<b>Passivo de arrendamento em 31/12/2019</b>	<b>28.646</b>	<b>209.058</b>
Aquisição de controlada	-	34.712
Adições	3.427	23.039
Ajuste a valor presente s/adições	(286)	(1.947)
Baixas líquidas	(1.931)	(45.965)
Contraprestação	(8.755)	(53.039)
Juros s/arrendamento	1.447	5.972
Variação Cambial	-	41.529
<b>Passivo de arrendamento em 31/12/2020</b>	<b>22.548</b>	<b>213.360</b>
Circulante	<b>5.813</b>	<b>52.890</b>
Não circulante	<b>16.735</b>	<b>160.470</b>



**19. Operações de arrendamentos--Continuação****c) Compromisso futuros**

Em atendimento ao Ofício-Circular CVM nº 02/2019 e ao CPC 06 (R2) / IFRS 16, justificado pelo fato do Grupo não ter aplicado a metodologia de fluxos nominais devido à vedação imposta pela IFRS 16 de projeção futura de inflação e com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, abaixo está apresentada a análise de maturidade dos contratos e prestações não descontadas em 31 de dezembro de 2020:

	<b>Fluxo de Caixa (valor presente)</b>		<b>Fluxo de caixa contratual bruto</b>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2021	5.813	52.891	6.992	59.984
2022	4.536	41.516	5.406	46.363
2023	3.580	37.055	4.206	40.208
2024	2.623	29.155	3.050	30.944
Após 2025	5.996	52.743	6.575	54.818
<b>Total</b>	<b>22.548</b>	<b>213.360</b>	<b>26.229</b>	<b>232.317</b>
Potencial crédito de PIS e COFINS	2.086	9.115	2.426	10.196

**d) Reconciliação dos pagamentos de arrendamentos:**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Saída de caixa (DFC)</b>	<b>(9.369)</b>	(6.609)	<b>(60.352)</b>	(46.723)
Contraprestações do período	<b>(8.755)</b>	(6.479)	<b>(53.039)</b>	(42.069)
Contratos de curto prazo	<b>(551)</b>	(28)	<b>(2.829)</b>	(2.988)
Contratos de baixo valor	<b>(63)</b>	(102)	<b>(1.539)</b>	(102)
Parcelas variáveis de contratos	-	-	<b>(2.945)</b>	(1.564)

**20. Obrigações trabalhistas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Salários a pagar	<b>15.653</b>	25.620	<b>25.818</b>	28.103
Provisão para férias e encargos	<b>13.194</b>	13.437	<b>25.953</b>	19.194
<b>Total de encargos trabalhistas</b>	<b>28.847</b>	39.057	<b>51.771</b>	47.297

**21. Obrigações fiscais e sociais**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
ICMS sobre venda	-	302	<b>16.501</b>	3.947
Imposto de renda retido na fonte	<b>4.808</b>	4.679	<b>6.792</b>	5.257
Encargos sociais a recolher	<b>2.951</b>	3.878	<b>7.406</b>	5.772
PIS e COFINS	<b>1.365</b>	2.021	<b>7.294</b>	2.958
IRPJ e CSLL	<b>6</b>	-	<b>6.356</b>	12.086
Outros impostos e encargos	<b>2.483</b>	1.812	<b>3.630</b>	2.886
<b>Total de obrigações fiscais e sociais</b>	<b>11.613</b>	12.692	<b>47.979</b>	32.906

**22. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis**

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso vinculadas aos depósitos judiciais, como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Trabalhista	<b>3.990</b>	3.607	<b>10.291</b>	6.887
Tributária	<b>1.675</b>	1.675	<b>2.044</b>	2.044
Cível	<b>56</b>	226	<b>593</b>	238
<b>Total de provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis</b>	<b>5.721</b>	5.508	<b>12.928</b>	9.169

**22. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação**

**Trabalhistas:** A Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

**Tributário:** A Companhia e sua controlada ZZSAP são partes em processos tributários referentes à discussão da majoração da alíquota do Fator Acidentário de Prevenção, para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

**Cível:** A Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis que tem como objeto, principalmente, o pedido de indenização por dano moral e material e cobrança de títulos. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

<b>Controladora</b>	<b>Trabalhista</b>	<b>Tributária</b>	<b>Cível</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31/12/2018	3.515	1.675	303	5.493
Adições/atualizações	1.450	-	386	1.837
Reversões/pagamentos	(1.358)	-	(463)	(1.822)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>3.607</b>	<b>1.675</b>	<b>226</b>	<b>5.508</b>
<b>Adições/atualizações</b>	<b>3.564</b>	<b>-</b>	<b>150</b>	<b>3.714</b>
<b>Reversões/pagamentos</b>	<b>(3.181)</b>	<b>-</b>	<b>(320)</b>	<b>(3.501)</b>
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>3.990</b>	<b>1.675</b>	<b>56</b>	<b>5.721</b>

  

<b>Consolidado</b>	<b>Trabalhista</b>	<b>Tributária</b>	<b>Cível</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31/12/2018	6.016	2.044	325	8.385
Adições/atualizações	4.388	-	420	4.808
Reversões/pagamentos	(3.517)	-	(507)	(4.024)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>6.887</b>	<b>2.044</b>	<b>238</b>	<b>9.169</b>
<b>Adições/atualizações</b>	<b>6.552</b>	<b>-</b>	<b>162</b>	<b>6.714</b>
<b>Reversões/pagamentos</b>	<b>(5.230)</b>	<b>-</b>	<b>(684)</b>	<b>(5.914)</b>
Aquisição de controlada (i)	-	-	-	2.959
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>8.209</b>	<b>2.044</b>	<b>(284)</b>	<b>12.928</b>

(i) Valor referente ao saldo final "VQV" novembro/2020.

## 22. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza trabalhista, tributária e cível, nas esferas administrativas e judiciais, em 31 dezembro de 2020 no montante aproximado de R\$86.152 (R\$110.985 em 31 de dezembro de 2019), cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos, portanto não sujeitos a provisionamento. Sendo o montante distribuído em 31 de dezembro de 2020 de R\$69.595, R\$6.778, e R\$9.779, respectivamente, na natureza trabalhista, tributária e cível (R\$45.071, R\$56.926 e R\$8.988 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente).

Dentre estes outros processos, encontram-se os seguintes:

- i. Processo Administrativo nº 15504-725.206/2018-80 decorrente de Auto de Infração lavrado em 11/10/2018, por meio do qual foi constituído crédito tributário referente à Contribuição Previdenciária da Empresa (“Cota Patronal”) e Contribuição de Outras Entidades e Fundos (“Contribuição de Terceiros”), relativas ao período compreendido entre junho de 2014 a setembro de 2017, cumuladas com juros de mora e multa proporcional, pois segundo o fisco, a Companhia teria remunerado seus empregados e contribuintes individuais por intermédio da outorga de opções de compra de ações no âmbito do “Plano de Opção de Compra de Ações”, que na concepção da Receita Federal, tem caráter remuneratório, passível de contribuição previdenciária. O processo em questão foi impugnado, sob alegação de que o “Plano de Opção de Compra de Ações” utilizado pela Companhia tem caráter mercantil. Atualmente aguarda julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais dos Recursos Voluntários apresentados em nome da devedora principal (Arezzo Indústria e Comércio S.A.) e das responsáveis solidárias (ZZAB, ZZEXP e ZZSAP), em face do acórdão nº: 14-91.305 que negou provimento a Impugnação do contribuinte. A expectativa de perda é considerada “possível”, no montante de aproximadamente R\$6.192.
- ii. Ação Anulatória 00000033-68.2017.8.21.0087, cuja tramitação ocorre na 2ª Vara Cível de Campo Bom/RS, visando anular o débito objeto do AL nº 25771370 lavrado sob acusação de crepitação indevido de ICMS, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus (ZFM) e Áreas de Livre Comércio (ALC's), relativa aos períodos de fevereiro de 2008 a dezembro de 2011. CDA nº 019/0543060. Paralelamente ao ajuizamento da ação Anulatória, o Fisco distribuiu a Execução Fiscal nº 0006055-45.2017.8.21.0087 por dependência à Anulatória. O processo em questão foi julgado procedente, desconstituindo o auto de lançamento. Aguardamos o decurso do prazo o Estado recorrer da decisão. A expectativa de perda é considerada “possível”, no montante de aproximadamente R\$6.420.

## 22. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

- iii. Processo nº 5001519-32.2019.8.21.0087- Pedido de tutela de Urgência Antecipada – em face da lavratura do Auto de Infração nº AI: 8225966 ajuizado pelo Receita Estadual do Rio Grande do Sul, em 21 de julho de 2018, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio no período de 01/06/2013 a 31/03/2018. Segundo a Receita, teriam sido detectadas as seguintes irregularidades: (i) ausência de pagamento do imposto decorrente da saída de mercadorias para Municípios que não possuem benefício fiscais (isenção de ICMS); (ii) ausência de pagamento do imposto decorrente da saída de mercadorias importadas para Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio; (iii) falta de pagamento do imposto decorrente da saída de mercadorias para Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio sem comprovação do efetivo ingresso das mercadorias formalizada pela SUFRAMA; e (iv) creditamento indevido do imposto por ausência de estorno de ICMS nas operações de saída de mercadorias destinadas à Zona Franca de Manaus e área de livre comércio. Obtivemos a liminar e suspensão da exigibilidade do débito. A expectativa de perda é considerada “possível”, no montante de R\$9.927.

### Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de cinco a trinta anos. A legislação nos Estados Unidos (país em que certas controladas da Companhia operam) possui prazos prescricionais diferenciados.

### Depósitos judiciais e garantia judicial

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo dos depósitos judiciais é de R\$17.585 na Controladora (R\$14.669 em 31 de dezembro de 2019) e R\$30.970 no Consolidado (R\$21.863 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia utiliza a modalidade de garantia judicial, regulamentada pela legislação vigente, utilizada especialmente como uma forma de caução no processo e/ou em substituição às garantias dadas, sendo o instrumento mais econômico existente atualmente, preservando o patrimônio e capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo destas garantias judiciais é de R\$79.884.

**23. Outras contas a pagar**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receitas antecipadas	<b>160</b>	160	<b>160</b>	160
Adiantamento de clientes	<b>1.419</b>	718	<b>4.781</b>	1.787
Outros fornecedores	<b>12.655</b>	13.209	<b>26.268</b>	15.869
Contraprestação em caixa estimada a pagar (i)	<b>50.000</b>	-	<b>50.000</b>	-
Provisões para comissões	<b>9.372</b>	5.116	<b>9.372</b>	5.116
Outras contas	<b>52.307</b>	500	<b>29.525</b>	5.515
<b>Total - Circulante</b>	<b>75.976</b>	19.782	<b>120.106</b>	28.447
Outras contas a pagar - Não circulante	<b>213</b>	373	<b>213</b>	373

(i) Referente ao preço a pagar por uma parte das ações já existentes da controlada "VQV". O pagamento será realizado no primeiro aniversário da data de fechamento, sendo corrigido pela variação positiva do CDI, conforme estabelecido no Acordo de Associação.

**24. Capital social e reservas****24.1. Capital social**

Em 27 de novembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a incorporação de ações decorrente do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações de Emissão da Vamoquevamo Empreendimentos e Participações S.A celebrado pelas administrações das partes em 11 de novembro de 2020.

Com a efetivação da Incorporação de Ações, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social no valor de R\$615.209, mediante a emissão de 8.677 milhões de nova ações todas nominativas, escriturais sem valor nominal, as quais serão subscritas em favor dos acionistas da controlada VQV proporcional a sua participação.

	<b>Ações em milhares</b>	<b>Capital social R\$</b>
Saldo em 31/12/2018	90.303	341.073
Emissão de ações com plano de opções de ações	651	11.642
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>90.954</b>	<b>352.715</b>
Aumento de capital com emissão de novas ações	8.677	615.209
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>99.631</b>	<b>967.924</b>

## 24. Capital Social e Reserva--Continuação

### 24.2. Reserva de capital

A reserva de capital foi inicialmente constituída em decorrência dos processos de estruturação societária ocorridos em 2007, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizado em proveito dos acionistas, com a emissão de novas ações, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99.

Os eventos societários que deram origem a reserva de capital em decorrência da reestruturação societária estão discriminados a seguir:

- a) Em 01 de junho de 2008, a BRICS Participações S/A (“BRICS”) foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$13.935. No contexto da extinção da BRICS por conta de sua incorporação, a participação desta na Companhia foi transferida a FIGEAC Holding S/A (“FIGEAC”).
- b) Em 01 de dezembro de 2009, a FIGEAC foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$7.535.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou o provisionamento complementar dos custos com a oferta pública de distribuição de ações no montante de R\$550 (R\$363 líquido dos efeitos tributários), sendo este valor líquido deduzido da reserva de capital.

Com a implementação dos Planos baseados em ações (Nota 34), a Companhia constituiu a Reserva de opções outorgadas com saldo de R\$23.593 e Reserva de ações restritas no montante de R\$4.357 em 31 de dezembro de 2020.

### 24.3. Reservas e retenção de lucros

#### 24.3.1. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2020 é R\$57.511 (R\$55.082 em 31 de dezembro de 2019).

#### 24.3.2. Reserva de incentivos fiscais

Refere-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimento (Nota 35) pela controladora. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2020 é de R\$227.937 (R\$213.880 em 31 de dezembro de 2019).

## 24. Capital Social e Reserva--Continuação

### 24.3. Reservas e retenção de lucros--Continuação

#### 24.3.3. Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. A retenção acumulada até 31 de dezembro de 2020 é de R\$50.384 (R\$64.353 em 31 de dezembro de 2019).

Conforme o art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo desta reserva, acrescido das demais reservas de lucro, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

### 24.4. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Reserva para diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras.

A Companhia reconheceu como outros resultados abrangentes, em linha específica do patrimônio líquido, as diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras, representadas por suas controladas localizadas nos Estados Unidos, cuja moeda funcional é o dólar.

### 24.5. Ações em Tesouraria

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de ações em tesouraria é de R\$191 (R\$195 em 31 de dezembro de 2019) correspondente a 3.679 (três mil seiscentos e setenta e nove) ações ordinárias a um custo médio de aquisição de R\$52,03.

Abaixo demonstramos o saldo de ações em tesouraria:

	2020	2019
Saldo de ações R\$	191	195
Quantidade	3.679	5.207
Custo médio	52,03	37,37

## 25. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

### a) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Os juros sobre capital próprio, quando calculados, são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo a ser distribuído.



25. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos--Continuação

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2020	2019
Lucro do exercício	<b>48.584</b>	162.139
Reserva legal	<b>(2.429)</b>	(4.243)
Reserva de incentivos fiscais	<b>(43.573)</b>	(77.437)
Lucro líquido à destinar	<b>2.582</b>	80.459
Dividendos mínimos conforme estatuto	<b>25%</b>	25%
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	<b>646</b>	20.115
Juros sobre o capital próprio creditados e pagos	-	38.105
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	-	(4.985)
Dividendos intercalares pagos	-	14.512
Dividendos adicionais propostos	<b>2.582</b>	-
<b>Total</b>	<b>2.582</b>	47.632
<b>Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório</b>	<b>1.936</b>	27.517

Em 27 de novembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos intercalares, com base na reserva de lucros, conforme balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2019, no montante de R\$7.238, R\$0,0795 por ação, pagos em 07 de janeiro de 2020.

Em 23 de outubro de 2020, o Conselho da Companhia de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares, com base na reserva de lucros, conforme balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$21.291, R\$0,2341 por ação, pagos em 23 de dezembro de 2020.

b) Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados no exercício em contrapartida à rubrica de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros são revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabelece alíquota diversa.

Em 27 de novembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de proventos, referentes ao exercício de 2019, a título de juros sobre o capital próprio no valor de R\$17.761, R\$0,1952 por ação, pagos em 07 de janeiro de 2020.

Em 23 de outubro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos, com base na reserva de lucros, para o segundo semestre de 2020 a título de juros sobre o capital próprio no valor de R\$26.978, R\$0,2966 por ação, pagos em 23 de dezembro de 2020.

Os juros sobre o capital próprio creditados durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

**26. Resultado por ação**

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

**a) Lucro básico por ação**

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 24.5).

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Lucro Líquido do exercício	<b>48.584</b>	162.139
Média ponderada de ações ordinárias	<b>91.641</b>	90.687
Lucro básico por ação - R\$	<b>0,5302</b>	1,7879

**b) Lucro diluído por ação**

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais diluidoras referentes a opção de compra de ações conforme demonstrado no quadro abaixo:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Lucro Líquido do exercício	<b>48.584</b>	162.139
Média ponderada de ações ordinárias	<b>91.641</b>	90.687
Ajuste por opções de compra de ações	<b>315</b>	407
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação	<b>91.956</b>	91.094
Lucro diluído por ação - R\$	<b>0,5283</b>	1,7799

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

## 27. Receita operacional líquida

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta de vendas	<b>1.358.095</b>	1.546.560	<b>2.021.609</b>	2.063.929
Mercado interno	<b>1.356.758</b>	1.542.052	<b>1.796.841</b>	1.804.947
Mercado externo	<b>1.337</b>	4.508	<b>224.768</b>	258.982
Devolução de vendas	<b>(55.161)</b>	(45.933)	<b>(146.677)</b>	(113.340)
Descontos e abatimentos	<b>(5.054)</b>	(5.077)	<b>(5.107)</b>	(5.076)
Impostos sobre vendas	<b>(184.644)</b>	(207.479)	<b>(278.833)</b>	(266.278)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.113.236</b>	1.288.071	<b>1.590.992</b>	1.679.235

## 28. Informações por segmento

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Fiever, Alme, Vans, Reserva, Reserva Mini, Reserva Go, Oficina e Eva e canais (franquias, multimarca, lojas próprias e webcommerce) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril opera para mais do que uma marca e canal de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

## 28. Informações por segmento--Continuação

A seguir a receita bruta consolidada por marca e canal de venda:

<b>Marca</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Receita bruta</b>	<b>2.021.609</b>	2.063.929
<b>Mercado interno</b>	<b>1.796.841</b>	1.804.947
Arezzo	<b>760.648</b>	983.757
Schutz	<b>427.641</b>	474.295
Vans	<b>217.745</b>	259.116
Anacapri	<b>231.908</b>	-
Reserva	<b>90.333</b>	-
Outros	<b>68.566</b>	87.779
<b>Mercado externo</b>	<b>224.768</b>	258.982
<b>Canal</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Receita bruta</b>	<b>2.021.609</b>	2.063.929
<b>Mercado interno</b>	<b>1.796.841</b>	1.804.947
Franquias	<b>562.266</b>	899.399
Webcommerce	<b>526.382</b>	214.581
Multimarca	<b>471.554</b>	423.008
Lojas próprias	<b>235.946</b>	266.310
Outros	<b>693</b>	1.649
<b>Mercado externo</b>	<b>224.768</b>	258.982

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica pois representa em 31 de dezembro de 2020 11,1% (12,5% em 31 de dezembro de 2019) da receita bruta. Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 5% das vendas no mercado interno e externo.

**29. Despesas por natureza**

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Despesas por função</b>				
Custo dos produtos vendidos	<b>(744.694)</b>	(813.665)	<b>(835.779)</b>	(903.541)
Despesas comerciais	<b>(241.321)</b>	(183.082)	<b>(529.953)</b>	(424.366)
Despesas administrativas e gerais	<b>(116.812)</b>	(136.463)	<b>(162.234)</b>	(184.012)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<b>(2.866)</b>	18.513	<b>29.083</b>	55.786
	<b>(1.105.693)</b>	(1.114.697)	<b>(1.498.883)</b>	(1.456.133)
<b>Despesas por natureza</b>				
Matéria prima e materiais de uso e consumo	<b>(750.110)</b>	(819.358)	<b>(847.404)</b>	(911.823)
Despesas com pessoal	<b>(152.513)</b>	(155.153)	<b>(263.400)</b>	(241.065)
Utilidades e serviços	<b>(64.897)</b>	(50.514)	<b>(85.032)</b>	(60.533)
Despesas com marketing	<b>(25.324)</b>	(8.961)	<b>(84.983)</b>	(39.995)
Fretes	<b>(22.270)</b>	(25.778)	<b>(59.961)</b>	(44.521)
Depreciação e amortização	<b>(21.663)</b>	(27.515)	<b>(81.103)</b>	(80.322)
Gratificações Comerciais	<b>(17.847)</b>	(4.693)	<b>(17.847)</b>	(4.693)
Despesas com royalties	<b>(13.134)</b>	(59)	<b>(13.134)</b>	(59)
Despesas com ocupação de lojas	-	-	<b>(13.077)</b>	(25.088)
Outras despesas (receitas) operacionais	<b>(37.935)</b>	(22.666)	<b>(32.942)</b>	(48.034)
	<b>(1.105.693)</b>	(1.114.697)	<b>(1.498.883)</b>	(1.456.133)

**30. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro****a) Valor justo**

O quadro a seguir apresenta o valor contábil ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2020</b>		<b>2019</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Caixa e bancos	<b>38.297</b>	38.297	<b>13.808</b>	13.808
Aplicações financeiras	<b>522.868</b>	522.868	<b>263.875</b>	263.875
Contas a receber de clientes	<b>601.388</b>	703.595	<b>423.814</b>	423.814
Empréstimos e financiamentos	<b>634.269</b>	634.269	<b>180.784</b>	180.635
Fornecedores	<b>399.189</b>	399.189	<b>134.967</b>	134.967
Arrendamentos	<b>213.360</b>	213.360	<b>209.058</b>	209.058

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e bancos, clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

**a.1) Hierarquia de valor justo**

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

**30. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação****a) Valor justo--Continuação**

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão classificados nas seguintes categorias de instrumentos financeiros:

	<b>Mensuração</b>
	<b>Custo amortizado</b>
<b>Ativos</b>	
Caixas e bancos	38.297
Contas a receber de clientes	601.388
Aplicações financeiras	522.868
<b>Passivos</b>	
Fornecedores	399.189
Empréstimos e financiamentos	634.269
Arrendamentos	213.360

**b) Exposição a riscos cambiais**

O resultado das operações da Companhia e de suas controladas é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das receitas de vendas, estão vinculadas a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, quase a totalidade de suas exportações possui financiamentos atrelados à respectiva moeda.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor da exposição líquida vinculada ao dólar norte-americano, é representado por:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Contas a receber em moeda estrangeira (i)	<b>13.650</b>	23.174
Fornecedores em moeda estrangeira	<b>(3.061)</b>	(955)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	<b>(346.500)</b>	(171.477)
<b>Exposição líquida</b>	<b>(335.911)</b>	(149.258)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía em exposição na data base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

**30. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação****b) Exposição a riscos cambiais--Continuação**

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário a CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 ("Instrução CVM 475") determinou que fossem apresentados mais dois cenários com uma apreciação de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

<b>Operação</b>	<b>Moeda</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>
<b>Apreciação da taxa de câmbio</b>				
Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	13.650	17.063	20.475
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	R\$	(346.500)	(433.125)	(519.750)
Fornecedores em moeda estrangeira	R\$	(3.061)	(3.829)	(4.589)
Apreciação da taxa de câmbio em referência			25%	50%
Dólar		5,20	6,50	7,79
<b>Efeito no lucro antes da tributação</b>	<b>R\$</b>		<b>(83.980)</b>	<b>(167.953)</b>

**c) Exposição a riscos de taxas de juros**

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados à TLP e CDI. As taxas estão divulgadas na Nota 17.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>%</b>
Juros Fixos	85.230	13
Juros com base na TLP	3.839	1
Juros com base no CDI	545.200	86
	<b>634.269</b>	<b>100</b>

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Com base nos valores da TLP e da CDI vigentes em 31 de dezembro de 2020, foi definido o cenário provável para o ano de 2019 e a partir destas calculadas variações de 25% e 50% conforme requerido pela Instrução CVM nº 475.



## 30. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

## c) Exposição a riscos de taxas de juros--Continuação

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2020 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Moeda	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
<b>Aumento da despesa financeira</b>				
Financiamentos - TLP	R\$	175	218	262
Financiamentos - CDI	R\$	15.048	18.809	22.571
		<b>15.223</b>	<b>19.027</b>	<b>22.833</b>
Apreciação da taxa em referência para passivos financeiros			25%	50%
TLP		4,55%	5,69%	6,83%
CDI		2,76%	3,45%	4,14%

## d) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores das vendas mercantis e dos serviços prestados a seus clientes.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, só requer recebimento antecipado para clientes considerados de alto risco.

Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A Administração monitora o risco da carteira de recebíveis semanalmente e, em caso de análise de riscos de não recuperação do crédito, ajusta a demonstração do resultado da Companhia. A análise é sobre os recebíveis, histórico de pagamentos dos clientes, garantias ofertadas e renegociações firmadas com avais. Os valores registrados em perdas efetivas ou provisão para perdas refletem o contas a receber não recuperáveis e casos de risco de baixa recuperação.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas utilizam instituições financeiras de primeira linha.

## 30. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

## d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela Administração da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	242.065	392.204	-	<b>634.269</b>
Fornecedores	399.189	-	-	<b>399.189</b>
Arrendamentos	52.890	107.726	52.744	<b>213.360</b>

## e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital, durante os exercícios findos em 2020 e 2019.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	<b>(634.269)</b>	(180.784)
Caixa e bancos	<b>38.297</b>	13.808
Aplicações financeiras	<b>522.868</b>	263.875
<b>Sobra (deficiência) líquida de caixa</b>	<b>(73.104)</b>	96.899
<b>Total do capital</b>	<b>1.348.597</b>	746.071
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>(5,42)</b>	-

**31. Resultado financeiro**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento de aplicações financeiras	<b>10.279</b>	10.336	<b>11.764</b>	12.973
Outras receitas	<b>1.774</b>	1.522	<b>3.302</b>	1.677
Juros recebidos	<b>1.333</b>	3.641	<b>1.397</b>	3.694
Juros sobre mútuos	<b>792</b>	-	-	-
	<b>14.178</b>	15.499	<b>16.463</b>	18.344
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos	<b>(12.866)</b>	(3.262)	<b>(18.345)</b>	(6.601)
Despesas bancárias	<b>(5.587)</b>	(3.771)	<b>(7.330)</b>	(4.584)
Descontos concedidos	<b>(3.109)</b>	(1.520)	<b>(4.065)</b>	(1.791)
Despesas com custas cartoriais	<b>(3.075)</b>	(1.633)	<b>(3.087)</b>	(1.641)
Juros de arrendamento	<b>(1.323)</b>	(874)	<b>(5.145)</b>	(5.337)
Outras despesas	<b>(885)</b>	(296)	<b>(1.359)</b>	(420)
Juros sobre mútuos	<b>(10)</b>	(457)	-	-
Taxa de administração de cartão de crédito	-	-	<b>(12.273)</b>	(9.272)
	<b>(26.855)</b>	(11.813)	<b>(51.604)</b>	(29.646)
<b>Variação cambial, líquida Ativa</b>	<b>21.624</b>	(6.112)	<b>49.068</b>	(6.874)
<b>Variação cambial, líquida Passiva</b>	<b>(29.940)</b>	-	<b>(51.478)</b>	-
<b>Total</b>	<b>(20.993)</b>	(2.426)	<b>(37.551)</b>	(18.176)

**32. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Plano de ações restritas	<b>(3.972)</b>	(5.512)	<b>(3.972)</b>	(5.512)
Taxa de franquia	<b>609</b>	1.882	<b>609</b>	1.882
Créditos extemporâneos de impostos (i)	-	19.514	<b>51.790</b>	52.429
Recuperação de despesas	<b>1.040</b>	1.598	<b>1.115</b>	1.600
Resultado na baixa de imobilizado e intangível (ii)	<b>(333)</b>	145	<b>(20.941)</b>	3.251
Outras receitas (despesas), líquidas	<b>(210)</b>	886	<b>482</b>	2.136
<b>Total</b>	<b>(2.866)</b>	18.513	<b>29.083</b>	55.786

**32. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas--Continuação**

(i) A Companhia obteve o trânsito em julgado em ação judicial referente ao reconhecimento da ilegalidade da inclusão do ICMS na base do Pis e da Cofins de uma de suas controladas. Desta forma, a Companhia reconhece o direito da compensação dos valores recolhidos indevidamente, no montante de R\$49.079 classificados nas linhas de outras receitas (despesas) e em contrapartida um montante de R\$2.715 referente honorários advocatícios e outras despesas relativas aos processos classificados em despesas administrativas, equalizando um efeito líquido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$46.364.

(ii) A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$20.784, referente:

(a) R\$18.737 de baixa de ativos fixos referente a 04 imóveis na operação norte-americana e 05 imóveis no Brasil;

(b) R\$1.781 de baixa de direito de uso de imóveis (arrendamentos) destas mesmas lojas próprias; (c) R\$1.221 baixa de demais ativos fixos; e (d) uma provisão de R\$2.363 referente à expectativa de repasse de 6 lojas próprias no Brasil.

**33. Cobertura de seguros**

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro 2020, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

<b>Bens segurados</b>	<b>Riscos cobertos</b>	<b>Montante da cobertura - R\$</b>
Estoques e imobilizado	Incêndio	173.737
	Responsabilidade civil	100.000

**34. Pagamento baseado em ações****34.1. Plano de ações restritas**

Em 23 de junho de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, a estruturação e implementação do novo plano de ações restritas da Companhia foi aprovada. E em 28 de agosto de 2017, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os Beneficiários, nos termos do Plano de Ações Restritas e do 1º Programa de Outorga. E em 30 de julho de 2018, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os Beneficiários, nos termos do Plano de Ações Restritas e do 2º Programa de Outorga. E em 25 de julho de 2019, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os Beneficiários, nos termos do Plano de Ações Restritas e do 3º Programa de Outorga.

### 34. Pagamento baseado em ações--Continuação

#### 34.1. Plano de ações restritas--Continuação

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de ações restritas aos administradores, executivos e empregados da Companhia, ou de outra sociedade sob seu controle (os “Beneficiários”), selecionados pelo Conselho de Administração, sujeitos a determinadas condições, com o objetivo de:

- a. estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob seu controle;
- b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos Beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo;
- c) alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses dos acionistas; e
- d) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob seu controle.

Para fins desse plano, o Conselho de Administração poderá, mediante prévia recomendação de um Comitê Consultivo criado para assessorá-lo na administração do Plano, outorgar um número de ações ordinárias, nominativas e escriturais de emissão da Companhia, não excedente a 5% (cinco por cento) das ações do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Beneficiários em relação às Ações Restritas somente serão plenamente adquiridos se os Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, e atingirem as métricas de desempenho estabelecidas em cada Programa e nos respectivos Contratos de Outorga dos Beneficiários, no período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir, nas seguintes proporções:

- (i) até 10% (dez por cento) após o 1º aniversário da Data de Outorga;
- (ii) até 10% (dez por cento) após o 2º aniversário da Data de Outorga;
- (iii) até 20% (vinte por cento) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e
- (iv) até 60% (sessenta por cento) após o 4º aniversário da Data de Outorga.

Não obstante o disposto nos itens (i) a (iv) acima, o Beneficiário poderá receber um acréscimo de até 10% (dez por cento) do número total de Ações Restritas outorgadas pelo Conselho de Administração, caso venha a superar as métricas de desempenho estabelecidas no Programa e no respectivo Contrato de Outorga, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração, podendo este ainda, a seu critério, estabelecer prazos diversos para a aquisição do direito às Ações Restritas outorgadas.

Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários, nos termos da ICVM 567.

**34. Pagamento baseado em ações--Continuação****34.1. Plano de ações restritas--Continuação**

Demonstramos a seguir os saldos de ações outorgadas e respectivos prazos de carência:

	<b>1ª Outorga em 29/08/2017</b>	<b>2ª Outorga em 30/07/2018</b>	<b>3ª Outorga em 30/07/2019</b>	<b>Total</b>
<b>Prazo de carência a partir da outorga</b>				
A partir do primeiro aniversário	60.728	11.066	2.661	74.455
A partir do segundo aniversário	60.728	11.066	2.661	74.455
A partir do terceiro aniversário	121.457	22.134	5.321	148.912
A partir do quarto aniversário	364.370	66.398	15.963	446.731
<b>Total</b>	<b>607.283</b>	<b>110.664</b>	<b>26.606</b>	<b>744.553</b>

Demonstramos a seguir as movimentações dos saldos:

	<b>1ª Outorga em 29/08/2017</b>	<b>2ª Outorga em 30/07/2018</b>	<b>3ª Outorga em 30/07/2019</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31/12/2018	465.876	110.664	-	<b>576.540</b>
Outorga (*)	-	-	26.606	<b>26.606</b>
Exercício	(49.830)	(8.995)	-	<b>(58.825)</b>
Baixas (***)	(17.405)	(20.709)	-	<b>(38.114)</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>398.641</b>	<b>80.960</b>	<b>26.606</b>	<b>506.207</b>
Exercício (**)	(99.660)	(8.995)	(2.661)	<b>(111.316)</b>
Baixas (***)	(52.799)	-	-	<b>(52.799)</b>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>246.182</b>	<b>71.965</b>	<b>23.945</b>	<b>342.092</b>

(\*) Outorga antes dos efeitos dos impostos e condições de performance do Plano de ações restritas.

(\*\*) Como reflexo das condições de performance do Plano de Ações Restritas e impacto de impostos, no 3º vencimento (1ª outorga 2017) foram exercidas 63.403 ações no 2º vencimento (2ª outorga 2018) foram exercidas 6.588 ações, no 1º vencimento (3ª outorga 2019) foram exercidas 1.949 ações.

(\*\*\*) Baixas pelo desligamento de funcionários participantes do plano de opções de ações ou pelo não exercício das ações.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apurou o montante de R\$3.972 (R\$5.041 em 31 de dezembro de 2019) referente à despesa do plano de ações restritas reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital.

**34. Pagamento baseado em ações--Continuação****34.1. Plano de ações restritas--Continuação**

Na determinação do valor justo das restritas, foram utilizadas as premissas abaixo:

	<b>1ª outorga 2017</b>	<b>2ª outorga 2018</b>	<b>3ª outorga 2019</b>
<b>Quantidade de ações</b>	<b>607.283</b>	<b>110.664</b>	<b>26.606</b>
1º Vencimento	60.728	11.066	2.661
2º Vencimento	60.728	11.066	2.661
3º Vencimento	121.457	22.134	5.321
4º Vencimento	364.370	66.398	15.963
<b>Preço de ação - (R\$)</b>	<b>35,50</b>	<b>43,38</b>	<b>50,74</b>
<b>Valor justo por ação - (R\$)</b>			
1º Vencimento	34,73	43,37	50,50
2º Vencimento	33,97	43,37	50,50
3º Vencimento	33,24	43,37	50,50
4º Vencimento	32,51	43,37	50,50
<b>Dividendos esperados ("Dividend yield")</b>	<b>2,20%</b>	<b>3,14%</b>	<b>3,25%</b>
<b>Volatilidade do preço da ação</b>			
1º Vencimento	32,2%	45,0%	29,5%
2º Vencimento	36,5%	39,1%	38,0%
3º Vencimento	36,6%	39,5%	36,2%
4º Vencimento	36,8%	38,8%	37,3%
<b>Taxa de juro livre de risco</b>			
1º Vencimento	7,9%	7,3%	5,4%
2º Vencimento	8,4%	8,5%	5,7%
3º Vencimento	9,0%	9,3%	6,2%
4º Vencimento	9,4%	10,0%	6,6%
<b>Período esperado até o vencimento - (anos)</b>			
1º Vencimento	1	1	1
2º Vencimento	2	2	2
3º Vencimento	3	3	3
4º Vencimento	4	4	4

**35. Subvenções governamentais****Crédito presumido de ICMS**

a) O Estado do Espírito Santo, através das Portarias 088-R de 29 de outubro de 2015 e 077-R de 01 de junho de 2016, inscreveu a Companhia, por sua Controladora e uma Controlada, respectivamente, no Cadastro do Contrato de Competitividade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento para concessão de benefício fiscal relativo ao ICMS.

b) O Estado do Rio Grande do Sul, através de regulamento interno estadual, beneficia os CNAE (Classificação nacional de atividade econômicas) referentes atividades de fabricação de calçados com crédito presumido de ICMS sobre suas vendas interestaduais.

c) O estado do Rio de Janeiro, através da Lei n 6.331 de 10 de outubro de 2012, concedeu redução da alíquota de ICMS para as saídas realizadas, beneficiando os fabricantes de produtos têxteis, artigos de tecidos, confecção de roupas e acessórios de vestuário e aviamentos para costura, favorecendo assim, a controlada VQV através da empresa Tiferet Comércio de Roupas Ltda.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Benefícios fiscais ICMS ES (a)	<b>43.573</b>	62.862	<b>70.922</b>	77.416
Benefícios fiscais ICMS RS (b)	-	-	<b>253</b>	21
Benefícios fiscais ICMS RJ (c)	-	-	<b>35.422</b>	-
<b>Total</b>	<b>43.573</b>	62.862	<b>106.597</b>	77.437

Com a publicação da Lei Complementar 160 em 07 de agosto de 2017, onde os benefícios fiscais ofertados no âmbito de ICMS passam a ser caracterizados como subvenção para investimento e consequentemente não mais ofertados à tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia constituiu Reserva para incentivos fiscais no montante de R\$43.573 na controladora e R\$62.024 nas controladas referentes aos incentivos fiscais em que foi beneficiada no exercício. Estes benefícios estão sendo contabilizados a crédito das despesas de ICMS na demonstração do resultado.

**36. Eventos Subseqüentes**

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 19 de novembro de 2020 aprovou a celebração da operação da controlada da companhia ZZAB Comércio de Calçados Ltda da qual adquire aproximadamente 75% do capital total e votante na empresa TROC.COM.BR - Atividades de Internet S.A. , conforme acordada pelas partes nos termos do Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças.

Desta forma, a data de fechamento da operação foi em 01 de fevereiro de 2021 (data da aquisição), conforme fato relevante divulgado pela Companhia. No âmbito dos negócios da Companhia o valor pago pela TROC foi imaterial.